

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	108
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
Total	197.467
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	30.554.389	31.047.814
1.01	Ativo Circulante	7.735.062	7.931.096
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.435.832	1.112.302
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.437	2.968
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	5.437	2.968
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	5.437	2.968
1.01.03	Contas a Receber	3.722.201	4.068.656
1.01.03.01	Clientes	3.624.004	3.781.247
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.030.956	3.293.518
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	593.048	487.729
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	98.197	287.409
1.01.04	Estoques	7.922	24.319
1.01.04.01	Almoxarifado	7.922	24.319
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.281.396	1.047.257
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.281.396	1.047.257
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	0	57.434
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	1.281.396	989.823
1.01.07	Despesas Antecipadas	72.642	68.176
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.209.632	1.607.418
1.01.08.03	Outros	1.209.632	1.607.418
1.01.08.03.03	Outros créditos	303.759	288.782
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	490.830	955.538
1.01.08.03.05	Serviços em curso	415.043	363.098
1.02	Ativo Não Circulante	22.819.327	23.116.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.821.254	18.993.569
1.02.01.04	Contas a Receber	66.623	40.786
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	23.868	23.868
1.02.01.04.02	Contas a receber - acordos	42.755	16.918
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.487.691	4.508.956
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.487.691	4.508.956
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.266.940	14.443.827
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	892.827	851.972
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	4.349.615	5.208.206
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	7.124.248	6.317.532
1.02.01.10.09	Outros créditos	56.791	62.020
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial	444.877	828.202
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.299.907	1.050.779
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	98.675	125.116
1.02.02	Investimentos	41.250	34.936
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	34.936
1.02.03	Imobilizado	133.953	263.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	133.953	263.349
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	133.953	263.349
1.02.04	Intangível	3.822.870	3.824.864
1.02.04.01	Intangíveis	3.822.870	3.824.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.822.870	3.824.864

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	30.554.389	31.047.814
2.01	Passivo Circulante	7.546.549	7.840.496
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	123.586	118.882
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	123.586	118.882
2.01.02	Fornecedores	2.365.583	3.074.669
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.365.583	3.074.669
2.01.03	Obrigações Fiscais	600.871	608.834
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	228.716	99.071
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.083	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	209.633	99.071
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	368.963	506.140
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.192	3.623
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.210.509	805.528
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	381.574	44.048
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	371.855	32.889
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.719	11.159
2.01.04.02	Debêntures	828.935	761.480
2.01.05	Outras Obrigações	3.059.844	3.046.493
2.01.05.02	Outros	3.059.844	3.046.493
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	483.500	576.116
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.086	1.756
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	517.676	496.308
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	499.272	673.066
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.343	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	10.871	11.834
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	342.965	375.145
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	38.313	50.327
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	132.518	40.459
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.026.300	814.140
2.01.06	Provisões	186.156	186.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	183.215	183.309
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	183.215	183.309
2.01.06.02	Outras Provisões	2.941	2.781
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.941	2.781
2.02	Passivo Não Circulante	21.125.670	20.829.014
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.451.592	6.072.628
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.748.886	2.496.323
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	284.412	607.297
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.464.474	1.889.026
2.02.01.02	Debêntures	3.702.706	3.576.305
2.02.02	Outras Obrigações	13.715.505	13.861.841
2.02.02.02	Outros	13.715.505	13.861.841
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	180	904
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.711.144	6.654.672
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	113.727	102.319
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	23.864	29.371

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	102.447	110.695
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	56.121	363.777
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	103.226	229.735
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.374.515	6.326.144
2.02.02.02.17	Operação com instrumento derivativo	230.281	44.224
2.02.04	Provisões	958.573	894.545
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	956.125	892.097
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	956.125	892.097
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	1.882.170	2.378.304
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	196.766	1.067.544
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	870.778
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	728.209	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	629.141	677.668
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.019.901	-4.714.863

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.810.128	13.671.540	6.257.676	14.901.318
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.801.256	-10.751.225	-5.168.480	-12.577.878
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.956.335	-5.473.518	-3.619.253	-7.765.263
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-96.528	-315.158	-64.031	-198.961
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-700.476	-2.157.930	-614.861	-1.999.022
3.02.07	Pessoal e Administradores	-107.105	-323.280	-67.419	-420.281
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.272	-3.684	-1.096	-3.632
3.02.09	Serviços de Terceiros	-182.369	-558.495	-184.222	-520.627
3.02.10	Material	16.866	-4.070	-14.970	-43.675
3.02.11	Custo de Construção	-571.346	-1.326.975	-389.177	-1.028.877
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-270	-6.836	-373	-6.189
3.02.16	Depreciação e Amortização	-149.841	-429.372	-137.737	-402.562
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-52.580	-151.907	-75.341	-188.789
3.03	Resultado Bruto	1.008.872	2.920.315	1.089.196	2.323.440
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-242.978	-710.034	-362.540	-662.035
3.04.01	Despesas com Vendas	-153.049	-418.067	-262.199	-416.830
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-135.814	-437.230	-142.024	-368.383
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	45.885	145.263	41.683	123.178
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	765.894	2.210.281	726.656	1.661.405
3.06	Resultado Financeiro	-392.522	-990.790	-183.706	-591.068
3.06.01	Receitas Financeiras	92.559	552.440	145.156	404.003
3.06.02	Despesas Financeiras	-485.081	-1.543.230	-328.862	-995.071
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-483.032	-1.543.639	-328.422	-995.604
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-2.049	409	-440	533
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	373.372	1.219.491	542.950	1.070.337
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-95.920	-349.810	-189.353	-369.997
3.08.01	Corrente	-56.836	-160.078	-75.314	-108.327
3.08.02	Diferido	-39.084	-189.732	-114.039	-261.670

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	277.452	869.681	353.597	700.340
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	277.452	869.681	353.597	700.340
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,40506	4,40418	1,79067	3,54662

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	277.452	869.681	353.597	700.340
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-29.828	-305.037	-10.280	954.102
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	-318.209	0	1.446.998
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	108.191	0	-491.980
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-45.195	-143.968	-15.575	-1.386
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	15.367	48.949	5.295	470
4.03	Resultado Abrangente do Período	247.624	564.644	343.317	1.654.442

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.159.763	-328.415
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.326.875	2.462.273
6.01.01.01	Lucro líquido do período	869.681	700.340
6.01.01.02	Depreciação e amortização	585.345	519.063
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	37.025	-68.979
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	108.424	143.379
6.01.01.05	Variações monetárias	50.318	-15.569
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-291.466	-368.888
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	274.166	417.604
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	52.773	135.034
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	54.814	28.229
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	489.164	264.665
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	449.909	356.866
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-143	-642
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	28.075	54.079
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	189.733	261.672
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	9.771	12.207
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	274.393	23.213
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	144.893	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	688.558	-1.571.910
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-58.830	-1.060.010
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-209.496	-46.919
6.01.02.03	Almoxarifado	16.397	18.426
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	141.003	615
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	567.018	204.598
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-4.466	-17.342
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	189.212	0
6.01.02.08	Outros créditos	-20.499	-67.596
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	848.033	-1.596.741
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	4.704	748
6.01.02.11	Fornecedores	-857.137	553.717
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-9.417	2.851
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	14.054	143.229
6.01.02.15	Serviços em curso	-51.945	-74.314
6.01.02.16	Encargos setoriais	46.945	127.132
6.01.02.19	Outras obrigações	-187.549	-2.638
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	260.531	242.334
6.01.03	Outros	-1.855.670	-1.218.778
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-338.065	-102.502
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-119.662	-25.006
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-712.609	-570.001
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-89.190	-145.650
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-3	-416

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-18.437	-12.207
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-183.054	-1.884
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-394.650	-361.112
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.303.232	-937.628
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-1.303.962	-1.019.996
6.02.02	Consumidores participação financeira	108.994	90.246
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-2.435	-34.265
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	74	70.878
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-97.271	-68.322
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-8.632	23.831
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-533.001	-9.017
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.130.595	3.169.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.376.284	-2.701.583
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	-122.858	-28.204
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-39.560	-43.240
6.03.05	Amortizações de operação com instrumento derivativo	0	108.147
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.124.894	-513.137
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	323.530	-1.275.060
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.112.302	2.095.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.435.832	820.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.067.544	0	-4.037.195	2.378.304
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-870.778	-190.000	0	-1.060.778
5.04.06	Dividendos	0	0	-870.778	0	0	-870.778
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-190.000	0	-190.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	869.681	-305.037	564.644
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	869.681	0	869.681
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-305.037	-305.037
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	48.528	-48.528	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	73.527	-73.527	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-24.999	24.999	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	728.209	-4.390.760	1.882.170

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	1.127.726	0	-3.776.643	2.699.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-930.960	0	0	-930.960
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-759.823	0	0	-759.823
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-171.137	0	0	-171.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	700.340	954.102	1.654.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	700.340	0	700.340
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	954.102	954.102
5.05.02.08	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	1.446.998	1.446.998
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-491.980	-491.980
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-1.386	-1.386
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	470	470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	51.320	-51.320	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	77.758	-77.758	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-26.438	26.438	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	196.766	751.660	-2.873.861	3.422.520

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	22.535.328	22.513.856
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.463.230	8.527.391
7.01.02	Outras Receitas	12.163.190	13.374.419
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.326.975	1.028.876
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-418.067	-416.830
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.702.948	-12.645.569
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-8.710.777	-10.929.149
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.974.102	-1.622.978
7.02.04	Outros	-18.069	-93.442
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.832.380	9.868.287
7.04	Retenções	-593.543	-519.062
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-593.543	-519.062
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.238.837	9.349.225
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	552.440	404.005
7.06.02	Receitas Financeiras	552.440	404.005
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.791.277	9.753.230
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.791.277	9.753.230
7.08.01	Pessoal	426.238	549.552
7.08.01.01	Remuneração Direta	287.113	404.635
7.08.01.02	Benefícios	114.421	121.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.704	23.311
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.947.272	7.495.991
7.08.02.01	Federais	5.444.264	4.185.092
7.08.02.02	Estaduais	3.464.238	3.280.245
7.08.02.03	Municipais	38.770	30.654
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.548.086	1.007.347
7.08.03.01	Juros	1.543.230	995.396
7.08.03.02	Aluguéis	4.856	11.951
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	869.681	700.340
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	869.681	700.340

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO"), divulga seus resultados do terceiro trimestre ("3T22") e dos nove meses de 2022 ("9M22").

DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	7.343.014	9.602.888	-23,5%	7.214.745	1,8%	22.953.395	22.930.686	0,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.810.128	6.257.672	-23,1%	4.294.149	12,0%	13.671.540	14.901.314	-8,3%
EBITDA (3) (R\$ mil)*	959.578	890.293	7,8%	808.364	18,7%	2.772.591	2.148.109	29,1%
Margem EBITDA (%)*	19,9%	14,2%	5,7 p.p.	18,8%	1,1 p.p.	20,3%	14,4%	5,9 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	22,6%	15,2%	7,5 p.p.	21,1%	1,6 p.p.	22,5%	15,5%	7 p.p.
EBIT (4) (R\$ mil)*	765.894	726.652	5,4%	618.460	23,8%	2.210.281	1.661.401	33,0%
Margem EBIT (%)*	15,9%	11,6%	4,3 p.p.	14,4%	1,5 p.p.	16,2%	11,1%	5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	277.452	353.597	-21,5%	265.061	4,7%	869.681	700.340	24,2%
Margem Líquida (%)	5,8%	5,7%	0,1 p.p.	6,2%	-6,6%	6,4%	4,7%	1,7 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	6,5%	6,0%	0,5 p.p.	6,9%	-5,2%	7,0%	5,0%	2 p.p.
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	10.147	10.077	0,7%	10.430	-2,7%	30.860	30.636	0,7%
CAPEX (R\$ mil)*	478.521	416.141	15,0%	460.994	3,8%	1.296.070	1.033.573	25,4%
DEC - horas (12 meses)*	6,52	7,22	-9,6%	6,77	-3,6%	6,52	7,22	-9,6%
FEC - vezes (12 meses)*	3,46	3,74	-7,5%	3,49	-0,7%	3,46	3,74	-7,5%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,64%	101,27%	-1,6 p.p.	99,28%	0,4 p.p.	99,64%	101,27%	-1,6 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,72%	10,53%	0,2 p.p.	10,51%	0,2 p.p.	10,72%	10,53%	0,2 p.p.
PMSO (5) /Consumidor*	71,5	93,3	-22,6%	79,0	-8,9%	222,4	185,9	19,6%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22, (2) Variação entre 9M22 e 9M21

(3) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (4) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 7,8 unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 18,4 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	3T22	3T21	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.379	42.257	0,3%
Linhas de Transmissão (Km)	1.838	1.836	0,1%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	41.106	41.201	-0,2%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	8,79%	8,66%	0,1 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	8,11%	8,29%	-0,2 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADDEE

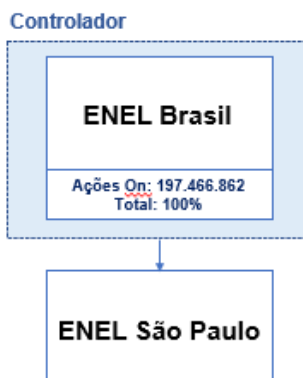
(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Osasco
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de setembro de 2022



¹ Estimativa do número de Habitantes de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T22/9M22.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.762.465	7.532.918	3,0%	7.607.149	2,0%	7.762.465	7.532.918	3,0%
Residencial	7.302.270	7.088.675	3,0%	7.161.031	2,0%	7.302.270	7.088.675	3,0%
Industrial	25.003	25.138	-0,5%	24.225	3,2%	25.003	25.138	-0,5%
Comercial	415.970	399.281	4,2%	402.070	3,5%	415.970	399.281	4,2%
Rural	591	573	3,1%	539	9,6%	591	573	3,1%
Setor Público	18.631	19.251	-3,2%	19.284	-3,4%	18.631	19.251	-3,2%
Clientes Livres	3.173	2.723	16,5%	2.899	9,5%	3.173	2.723	16,5%
Industrial	699	632	10,6%	674	3,7%	699	632	10,6%
Comercial	2.414	2.031	18,9%	2.164	11,6%	2.414	2.031	18,9%
Setor Público e outora	60	60	0,0%	61	-1,6%	60	60	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.765.638	7.535.641	3,1%	7.610.048	2,0%	7.765.638	7.535.641	3,1%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

A Companhia encerrou o 3T22 com um aumento de 3,1%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 3T21.

Observa-se, no período, crescimento maior no mercado livre com destaque para a classe comercial e industrial, com aumento de 18,9% e 10,6%, respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão²

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. %
Mercado Cativo	7.019	7.089	-1,0%	7.179	-2,2%	21.334	21.628	-1,4%
Clientes Livres	3.128	2.988	4,7%	3.251	-3,8%	9.526	9.008	5,8%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.147	10.077	0,7%	10.430	-2,7%	30.860	30.636	0,7%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. %
Residencial	4.157	4.162	-0,1%	4.099	1,4%	12.332	12.554	-1,8%
Industrial	517	552	-6,4%	526	-1,8%	1.530	1.634	-6,4%
Comercial	1.958	1.864	5,0%	2.054	-4,7%	6.093	5.860	4,0%
Rural	8	8	3,9%	8	-3,7%	24	23	6,4%
Setor Público	379	503	-24,7%	492	-22,9%	1.355	1.557	-13,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.019	7.089	-1,0%	7.179	-2,2%	21.334	21.628	-1,4%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

O mercado cativo totalizou 7.019 GWh no 3T22, praticamente em linha com o volume registrado no 3T21 (7.089 GWh). No acumulado do ano, o mercado cativo totalizou 21.334 GWh, representando uma queda de 1,4% frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo de temperaturas mais baixas registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa.

O consumo na classe residencial permaneceu estável no trimestre em relação ao ano anterior mesmo com o registro de temperaturas mais amenas no período. Já no acumulado do ano, houve uma redução de 1,8% justificado principalmente pelo retorno ao trabalho com o fim das medidas mais restritivas de combate ao Covid-19.

Já na classe industrial, a redução de 6,4% tanto no trimestre quanto no acumulado do ano em relação ao ano anterior, é resultado do cenário macroeconômico nacional que apesar dos primeiros sinais de recuperação, ainda se tem demonstrado desafiador, com dificuldades na cadeia de produção, principalmente automotiva, além do efeito da migração destes clientes para o mercado livre.

Em contrapartida, a classe comercial registrou uma melhora de 5,0% e 4,0% no trimestre e no acumulado do ano respectivamente, em decorrência do aquecimento do setor com a reabertura dos estabelecimentos e retomada das atividades fora de casa.

Em relação ao setor público, a redução observada tanto no trimestre quanto no acumulado do ano é resultado principalmente da eficientização da iluminação pública com a troca de equipamento e lâmpadas mais econômicas.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T22/9M22.

² Não Inclui Consumo Próprio

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. %
Industrial	1.428	1.447	-1,3%	1.437	-0,6%	4.202	4.217	-0,4%
Comercial	1.302	1.148	13,4%	1.397	-6,8%	4.105	3.586	14,5%
Setor Público e outros	398	393	1,4%	417	-4,4%	1.219	1.205	1,2%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	3.128	2.988	4,7%	3.251	-3,8%	9.526	9.008	5,8%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 3.128 GWh no 3T22, um aumento de 4,7% quando comparado ao 3T21, em decorrência principalmente da variação de 13,4% na classe comercial, resultado do aquecimento do setor varejista e de serviços.

A variação de -1,3% na classe industrial compensou parcialmente o crescimento do mercado livre. Apesar dos primeiros sinais de recuperação, o setor ainda enfrenta dificuldades na cadeia de produção, principalmente a automotiva.

Já no ano acumulado do ano, o aumento registrado foi de 5,8% versus o 9M21, totalizando 9.526 GW, com os mesmos efeitos observados no trimestre.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWh)*

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Itaipu	1.910	1.964	-2,7%	1.872	2,0%	5.627	5.811	-3,2%
Angra 1 e 2	355	373	-4,9%	351	1,1%	1.052	1.106	-4,9%
Proinfa	183	195	-6,1%	163	12,4%	500	533	-6,2%
Leilão e Quotas	6.680	6.180	8,1%	6.699	-0,3%	20.282	19.935	1,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	9.128	8.712	4,8%	9.085	0,5%	27.461	27.385	-66,7%
Liquidação na CCEE	-584,8	-161,2	>100,0%	-509,2	14,8%	-1.371,9	-1.332,1	-56,1%
Total - Compra de Energia	8.543	8.551	-0,1%	8.576	-0,4%	26.089	26.053	0,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

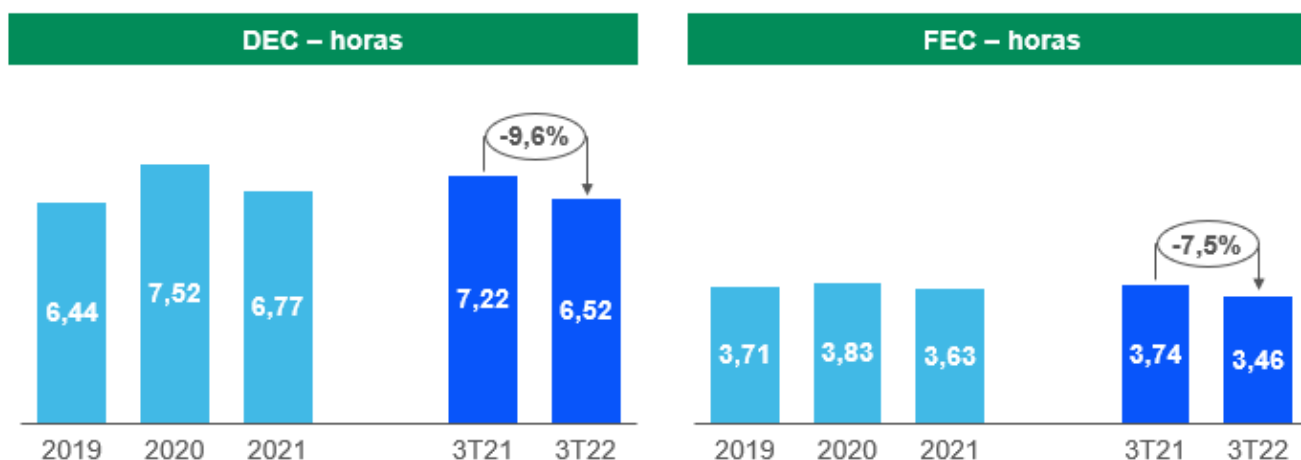
	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Energia Requerida (GWh)	11.465,1	11.406,1	0,5%	11.426,4	0,3%	34.847,4	34.408,8	1,3%
Energia Distribuída (GWh)	10.147	10.077	0,7%	10.430	-2,7%	30.860	30.636	0,7%
Residencial	4.157	4.162	-0,1%	4.099	1,4%	12.332	12.554	-1,8%
Industrial	517	552	-6,4%	526	-1,8%	1.530	1.634	-6,4%
Comercial	1.958	1.864	5,0%	2.054	-4,7%	6.093	5.860	4,0%
Rural	8	8	3,9%	8	-3,7%	24	23	6,4%
Setor público	379	503	-24,7%	492	-22,9%	1.355	1.557	-13,0%
Clientes Livres	3.128	2.988	4,7%	3.251	-3,8%	9.526	9.008	5,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.318	1.329	-0,9%	997	32,2%	3.988	3.773	5,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	11,49%	11,65%	-0,2 p.p.	8,72%	2,8 p.p.	11,44%	10,96%	0,5 p.p.

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T22/9M22.

Indicadores Operacionais

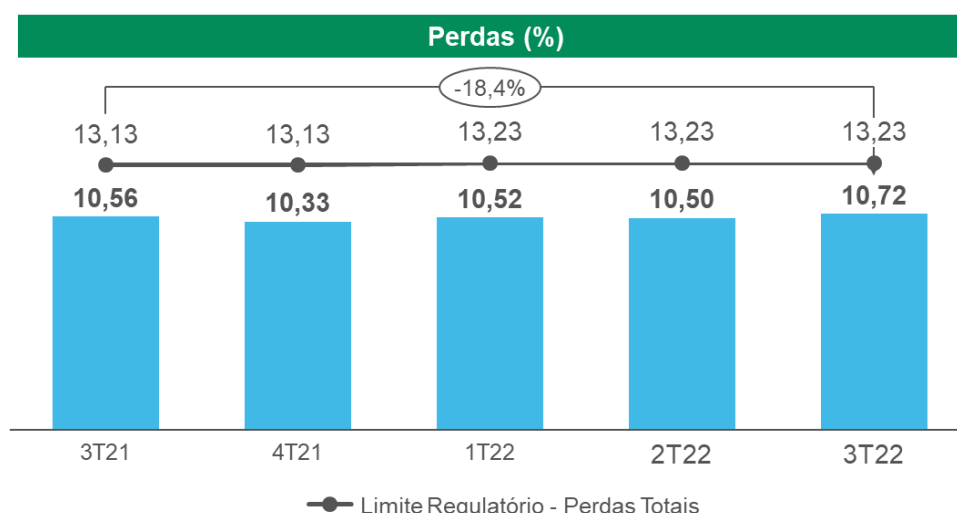
Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 3T22, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 9,6% e 7,5% respectivamente em relação ao 3T21. Embora esses indicadores tenham sido fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos, os investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas vem refletindo a recuperação contínua dos indicadores de qualidade, com destaque para o FEC que atingiu níveis inferiores quando comparado com o período pré-pandemia.

Disciplina de Mercado



As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,72%³, sendo divididas entre perdas técnicas (5,05%) e não técnicas (5,67%). Em comparação ao 3T21, as perdas totais apresentaram um aumento de 0,19 p.p.

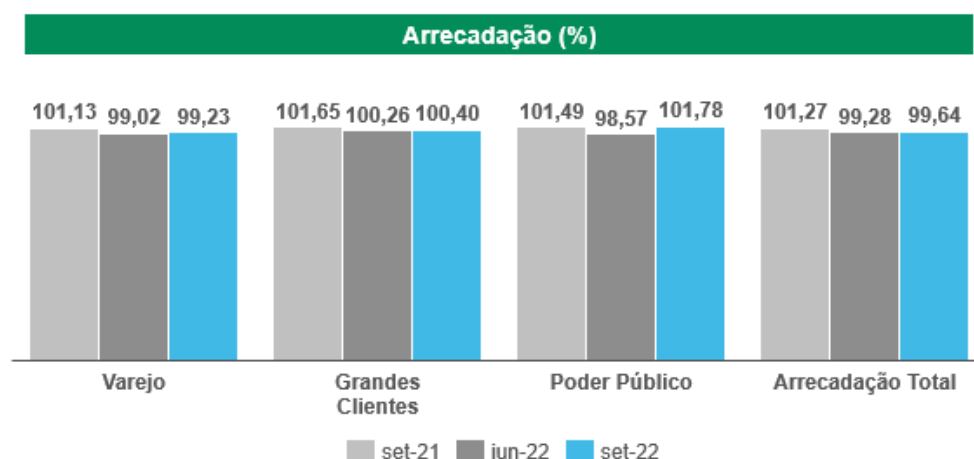
* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T22/9M22.

³ No 4T21 foi adotado uma nova metodologia para o cálculo de perdas, o qual reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e serão finalizados apenas posteriormente a data de publicação do 4T21.

Um dos principais motivos para variação é decorrente a um cenário pós pandemia do Covid-19, onde houve uma mudança do mix de carga da área de concessão da Companhia com migração do consumo nas categorias de consumidores com perdas não técnicas mínimas ou nulas (clientes livres, alta e média tensão) para consumidores de baixa tensão, especificamente clientes residenciais, onde a perda não técnica apresenta níveis mais elevados.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. No 3T22 houve um incremento do 40% no número total de inspeções em comparação ao 3T21. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular. O número de instalações Cortadas/Autoreligadas que foram recuperadas em 3T22 é 28% menor do realizado em 3T21. (III) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Em 3T22 o número de instalações regularizadas diminuiu em 50% em relação ao realizado em 3T21, devido principalmente ao aumento de ligações em áreas invadidas com proteção ambiental e a dificuldade na liberação das áreas com poder público.

Arrecadação*



O índice de arrecadação da companhia atingiu 99,64% no 3T22 contra 101,27% no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 1,6 p.p, devido a maior base de comparação em 2021, onde tivemos um maior nível de arrecadação com o restabelecimento do corte de energia a partir de julho de 2021, além do impacto decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de

energia elétrica desde julho de 2022. Vale destacar que a Companhia mantém ações recorrentes voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T22/9M22.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.394.391	3.377.066	-29,1%	3.180.193	-24,7%	9.463.147	8.527.391	11,0%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(13.958)	(12.697)	9,9%	(21.316)	-34,5%	(56.236)	(53.627)	4,9%
Subvenção de recursos da CDE	209.339	126.314	65,7%	123.763	69,1%	467.457	377.260	23,9%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	669.073	503.118	33,0%	556.613	20,2%	1.764.531	1.536.468	14,8%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.951.431	2.439.093	21,0%	2.531.603	16,6%	8.000.601	7.228.314	10,7%
Receita de construção	571.346	389.177	46,8%	453.948	25,9%	1.326.975	1.028.876	29,0%
Atualização do ativo financeiro da concessão	(46.969)	165.231	<-100,0%	189.032	<-100,0%	291.465	368.888	-21,0%
Ativo financeiro setorial, líquido	322.239	1.854.455	-82,6%	385.712	-16,5%	1.398.298	2.842.549	-50,8%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	286.122	761.131	-62,4%	(184.803)	<-100,0%	297.157	1.074.567	-72,3%
Total - Receita Operacional Bruta	7.343.014	9.602.888	-23,5%	7.214.745	1,8%	22.953.395	22.930.686	0,1%
ICMS	(978.567)	(1.197.396)	-18,3%	(1.174.233)	-16,7%	(3.451.586)	(3.272.945)	5,5%
COFINS	(447.944)	(526.791)	-15,0%	(423.882)	5,7%	(1.309.650)	(1.282.392)	2,1%
PIS	(97.203)	(114.372)	-15,0%	(160.673)	-39,5%	(352.810)	(278.342)	26,8%
ISS	(80)	(37)	>100,0%	(91)	-12,1%	(261)	(110)	>100,0%
Total - Tributos	(1.523.794)	(1.838.596)	-17,1%	(1.758.879)	-13,4%	(5.114.307)	(4.833.789)	5,8%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(42.451)	(56.509)	-24,9%	(36.198)	17,3%	(119.576)	(134.045)	-10,8%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(920.174)	(637.029)	44,4%	(929.643)	-1,0%	(2.798.395)	(1.820.069)	53,8%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(7.888)	(7.086)	11,3%	(7.086)	11,3%	(22.061)	(17.040)	29,5%
Encargos do consumidor - PROINFA	(43.327)	(27.904)	55,3%	(30.908)	40,2%	(104.408)	(76.845)	35,9%
Encargos do consumidor - CCRBT	4.748	(778.092)	<-100,0%	(157.882)	<-100,0%	(1.123.108)	(1.147.584)	-2,1%
Total - Encargos Setoriais	(1.009.092)	(1.506.620)	-33,0%	(1.161.717)	-13,1%	(4.167.548)	(3.195.583)	30,4%
Total - Deduções da Receita	(2.532.886)	(3.345.216)	-24,3%	(2.920.596)	-13,3%	(9.281.855)	(8.029.372)	15,6%
Total - Receita Operacional Líquida	4.810.128	6.257.672	-23,1%	4.294.149	12,0%	13.671.540	14.901.314	-8,3%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

A receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 4,8 bilhões no 3T22, uma redução de 23,1% comparado ao 3T21. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 3T22, alcançou o montante de R\$ 4,2 bilhões, uma redução de R\$ 1,6 bilhão em relação ao 3T21, cujo montante foi de R\$ 5,9 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Redução na rubrica de Fornecimento de energia – mercado cativo em R\$ 982,7 milhões devido a: (i) redução do consumo de energia desta classe no período, (ii) menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022;
- Redução da rubrica atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 212,2 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma deflação no período,
- Redução do ativo financeiro setorial líquido, no valor de R\$ 1,5 bilhão, devido, principalmente à menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.
- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 475,0 milhões, devido principalmente, à redução de Venda de Energia Excedente (MVE) como resultado do menor PLD no 3T22 comparado ao mesmo período no ano anterior.

Parcialmente compensados por:

- Aumento de R\$ 512,3 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD para o mercado livre, decorrentes do aumento do consumo nesta classe, além do reajuste tarifário de 2022 de 12,04%, que passou a vigorar desde julho de 2022;

Tais efeitos na receita operacional líquida foram compensados parcialmente por uma redução nas deduções da receita no 3T22 na ordem de 24,3% ou R\$ 812,3 milhões em comparação com o 3T21. Os principais efeitos são apresentados a seguir:

- redução de 17,1% (R\$ 314,8 milhões) no total de tributos, decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 e;
- redução de 33,0% ou R\$ 497,5 milhões em Encargos Setoriais, derivados sobretudo: pela redução de R\$ 782,8 milhões na rubrica de encargos do consumidor – CCRBT, relacionada com as bandeiras tarifárias. No 3T21 houve a vigência das bandeiras vermelha em julho e agosto e de escassez hídrica em setembro

enquanto no 3T22, houve a vigência da bandeira verde durante todo o trimestre. Tal efeito foi compensado parcialmente por um aumento de R\$ 283,1 relacionado ao encargo setorial CDE em função do pagamento do empréstimo da conta covid contraído em 2020.

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação negativa de 8,3%, ou R\$ 1,2 bilhão, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 13,7 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 9M22, alcançou o montante de R\$ 12,3 bilhões, uma redução de R\$ 1,5 bilhão em relação ao 9M21, cujo montante foi de R\$ 13,9 bilhões. Tal redução é resultado dos seguintes efeitos:

- Redução do ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 1,4 bilhão, devido à menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor;
- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 777,4 milhões, reflexo da redução de Venda de Energia Excedente (MVE) como resultado do menor PLD em 2022 comparado ao mesmo período no ano anterior;
- Redução da atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 77,4 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável, reflexo de uma deflação no 3T22;

Parcialmente compensados por:

- Aumento nas rubricas de Fornecimento de energia – mercado cativo e disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre na ordem de R\$ 935,8 milhões e R\$ 1,0 bilhão respectivamente devido ao reajuste tarifário de 2022 de 12,04% vigente desde julho.

Nos nove meses de 2022, as deduções da receita totalizaram R\$ 9,3 bilhões, contra R\$ 8,0 bilhões nos nove meses de 2021, representando um aumento de 15,6% ou R\$ 1,3 bilhão, resultado, sobretudo, do aumento do montante pago em tributos na ordem de 280,6 milhões e aumento de R\$ 978,3 milhões pagos referentes a encargos da conta de desenvolvimento energético – CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020, na parte de encargos.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.052.863)	(3.683.284)	-44,3%	(1.929.317)	6,4%	(5.788.676)	(7.964.225)	-27,3%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(700.476)	(614.861)	13,9%	(541.310)	29,4%	(2.157.930)	(1.999.022)	7,9%
Total - Não Gerenciáveis	(2.753.339)	(4.298.145)	-35,9%	(2.470.627)	11,4%	(7.946.606)	(9.963.247)	-20,2%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(131.899)	(109.821)	20,1%	(141.460)	-6,8%	(410.556)	(511.997)	-19,8%
Previdência Privada	(1.587)	(1.309)	21,2%	(1.526)	4,0%	(4.647)	(4.434)	4,8%
Material e Serviços de Terceiros	(210.655)	(259.089)	-18,7%	(258.887)	-18,6%	(724.434)	(721.101)	0,5%
Depreciação e Amortização	(193.684)	(163.641)	18,4%	(189.904)	2,0%	(562.310)	(486.708)	15,5%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(94.035)	(206.395)	-54,4%	(109.733)	-14,3%	(273.174)	(229.481)	19,0%
Custo de Construção	(571.346)	(389.177)	46,8%	(453.948)	25,9%	(1.326.975)	(1.028.876)	29,0%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(21.980)	(13.982)	57,2%	(16.931)	29,8%	(61.020)	(41.109)	48,4%
Perda de recebíveis de clientes	(59.014)	(55.804)	5,8%	(36.874)	60,0%	(144.893)	(187.349)	-22,7%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	31.062	24.502	26,8%	41.301	-24,8%	106.234	82.570	28,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.757)	(58.159)	-35,1%	(37.100)	1,8%	(112.878)	(148.181)	-23,8%
Total - Gerenciáveis	(1.290.895)	(1.232.875)	4,7%	(1.205.062)	7,1%	(3.514.653)	(3.276.666)	7,3%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.044.234)	(5.531.020)	-26,9%	(3.675.689)	10,0%	(11.461.259)	(13.239.913)	-13,4%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

Os custos e despesas operacionais no 3T22 apresentaram uma redução de 26,9% (R\$ 1,9 bilhão) em relação ao 3T21. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 3,5 bilhões no 3T22, o que representa uma redução de 32,5% (R\$ 1,7 bilhão) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 2,8 bilhões, montante 35,9% (R\$ 531,5 milhões) inferior ao registrado no 3T21 (R\$ 4,3 bilhões). O principal efeito foi:

- Redução na rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda em um montante de R\$ 1,6 bilhão, em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real no 3T22 versus 3T21.

No acumulado do ano, os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 7,9 bilhões, resultado 20,2% inferior ao registrado no mesmo período em 2021. Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 2,2 bilhões) pelo mesmo motivo exposto acima.

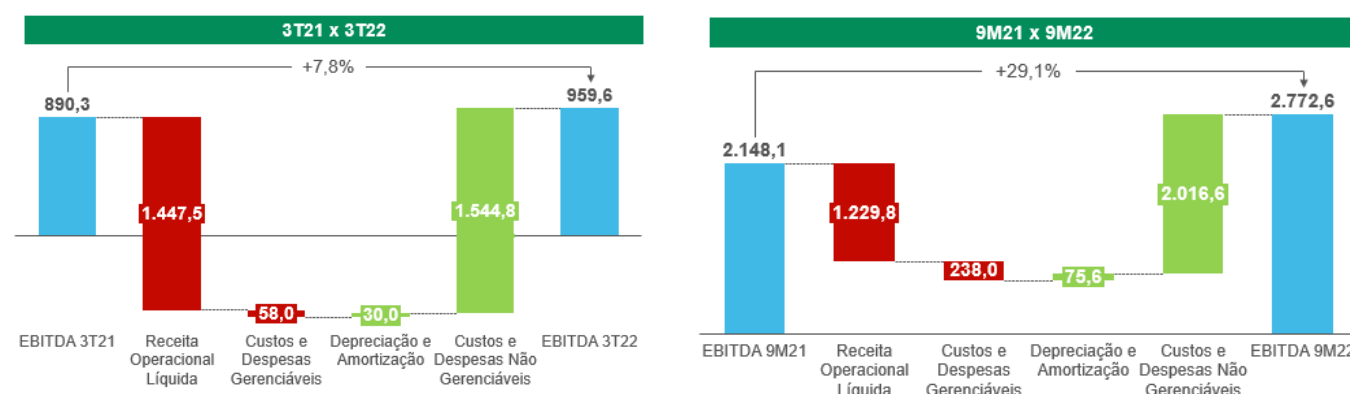
Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 3T22, apresentaram redução de R\$ 124,1 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Redução da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 112,4 milhões) explicado por ações realizadas no trimestre;
- Redução de R\$ 48,4 milhões em Material e Serviço de Terceiros, com maior efeito na linha de materiais justificado principalmente pela deflação registrada no período;
- Redução de R\$ 20,4 milhões em outras receitas/despesas operacionais.

No acumulado do ano, os custos gerenciáveis somaram R\$ 3,5 bilhões, montante 7,3% superior ao valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção, houve uma redução de 2,7%, ou R\$ 60,1 milhões. A variação, total, explica-se pela:

- Redução da rubrica de Despesa de Pessoal (R\$ 101,4 milhões) como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização, eficiência dos processos e maior capitalização de mão de obra própria;
- Redução de R\$ 42,5 milhões relacionado à Perda de Recebíveis de Clientes refletindo parcialmente os esforços da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência;
- Aumento de R\$ 23,7 milhões na receita de multa por impontualidade de clientes em razão do resultado da retomada da interrupção por inadimplência em julho de 2021. Outro fator que contribuiu para a melhora foram as diversas ações realizadas por parte da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência;
- Redução de R\$ 35,3 milhões em outras receitas/despesas operacionais.

EBITDA



O EBITDA da Enel São Paulo no 3T22 atingiu o montante de R\$ 959,6 milhões, o que representa um aumento de R\$ 69,3 milhões em relação ao 3T21 em decorrência principalmente do menor nível de custos e despesas não gerenciáveis, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, o que mais que compensou a redução da receita líquida no período.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 2,8 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 624,5 milhões em relação ao mesmo período em 2021. O aumento do EBITDA é explicado principalmente pela redução dos custos e despesas operacionais de natureza não gerenciável, conforme explicado acima.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	18.966	7.022	170,1%	17.428	8,8%	46.376	14.688	215,7%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	10.648	22.208	-52,1%	25.278	-57,9%	56.481	118.878	-52,5%
Subvenções governamentais	416	622	-33,1%	466	-10,7%	1.393	1.982	-29,7%
Atualização de Créditos Tributários	4.128	1.276	>100,0%	238	>100,0%	5.029	1.548	-84,6%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	21.492	9.305	>100,0%	18.945	13,4%	56.472	19.506	-2,9%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	4.297	17.399	-75,3%	191.438	-97,8%	247.434	35.714	>100,0%
Instrumentos Financeiros de hedge	(38.207)	36.923	<-100,0%	21.061	<-100,0%	-	89.655	-76,5%
Ajuste MTM Dívida	63.978	46.396	37,9%	48.737	31,3%	126.575	108.051	-54,9%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	3.805	-	-	2.333	63,1%	7.694	338	>100,0%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	5.688	5.784	-1,7%	2.660	113,8%	14.034	21.650	-87,7%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(2.652)	(1.777)	49,2%	(3.478)	-23,7%	(9.048)	(8.005)	13,0%
Total - Receitas Financeiras	92.559	145.158	-36,2%	325.106	-71,5%	552.440	404.005	36,7%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(160.135)	(70.890)	125,9%	(152.361)	5,1%	(441.487)	(162.217)	172,2%
Variação monetária + Ajuste MTM - Dívida	21.206	(3.987)	<-100,0%	(57.725)	-136,7%	(76.352)	(155.110)	-50,8%
Instrumentos Financeiros de hedge	(143.730)	(89.432)	60,7%	(140.047)	2,6%	(337.634)	(168.462)	>100,0%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(3.848)	(3.637)	5,8%	(2.448)	57,2%	(9.771)	(12.207)	-20,0%
Subvenções governamentais	(417)	(621)	-32,9%	(466)	-10,5%	(1.394)	(1.982)	-29,7%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(6.826)	(2.444)	>100,0%	(7.092)	-3,8%	(19.959)	(7.608)	>100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	(18.432)	7.816	<-100,0%	(170)	>100,0%	(8.346)	13.604	<-100,0%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(7.640)	(9.123)	-16,3%	(21.683)	-64,8%	(39.415)	(24.480)	61,0%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(24.191)	(13.971)	73,2%	(36.787)	-34,2%	(89.183)	(52.244)	70,7%
Atualização Acordo Eletrobras	(13.862)	(10.577)	31,1%	(21.182)	-34,6%	(54.814)	(28.229)	94,2%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(148.489)	(117.184)	26,7%	(148.488)	0,0%	(445.464)	(351.548)	26,7%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(649)	(3.405)	-80,9%	(752)	-13,7%	(2.131)	(5.545)	-61,6%
Outras Despesas Financeiras	23.981	(10.965)	<-100,0%	(4.174)	<-100,0%	(17.689)	(39.574)	-55,3%
Total - Despesas Financeiras	(483.032)	(328.420)	47,1%	(593.375)	-18,6%	(1.543.639)	(995.602)	55,0%
Variações Cambiais	(2.049)	(440)	>100,0%	1.442	-242,1%	409	533	-23,3%
Variações cambiais - Empréstimos	(83.562)	(135.224)	-38,2%	(162.119)	-48,5%	37.017	(68.993)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	83.559	135.224	-38,2%	162.113	-48,5%	(37.025)	68.980	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(2.046)	(440)	>100,0%	1.448	<-100,0%	417	546	-23,6%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(392.522)	(183.702)	113,7%	(266.827)	47,1%	(990.790)	(591.064)	67,6%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 | (2) Variação entre 9M22 e 9M21

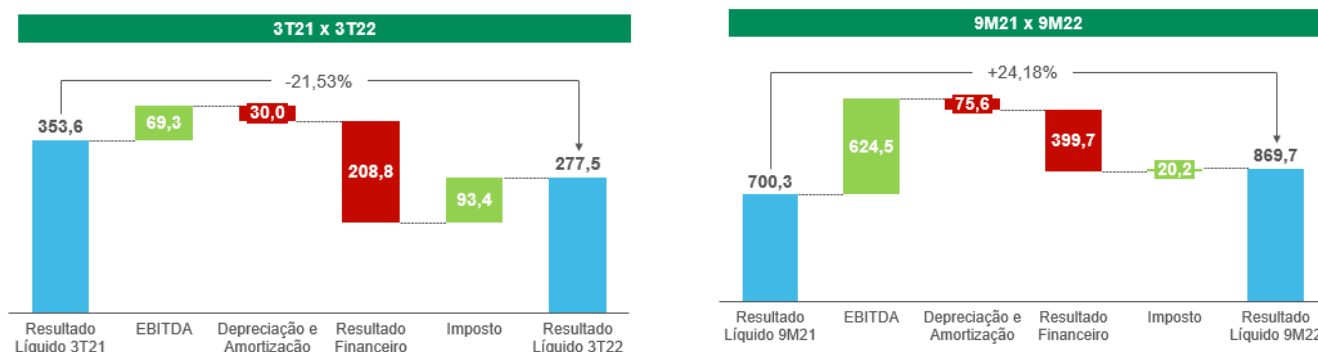
O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 3T22 com uma despesa de R\$ 392,5 milhões, um aumento de R\$ 208,8 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento líquido de R\$ 175,9 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívida – debentures, empréstimos e mútuos, variação monetária + ajuste MTM dívida, variações cambiais – Empréstimos e variações cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 3T22 comparado ao 3T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados.

No acumulado do ano, o resultado financeiro encerrou com uma despesa de R\$ 990,8 milhões, um aumento de R\$ 399,7 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é devido ao seguinte:

- (i) Aumento de despesa líquida de R\$ 440,8 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívida – debentures, empréstimos e mútuos, variação monetária + ajuste MTM dívida, variações cambiais – Empréstimos e variações cambiais – Instrumentos Financeiros de Hedge) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 8,37% (12,05% em 9M22 x 3,40% em 9M21), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Redução de R\$ 62,4 milhões na rubrica de atualizações monetárias sobre contas de energia elétrica em atraso devido à redução do IGP-M, índice utilizado para atualização financeira do valor das faturas em atraso, no 3T22 versus 3T21;
- (iii) Aumento de despesa de R\$ 93,9 milhões na rubrica de custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de receita (R\$ 211,7 milhões) na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 277,5 milhões no 3T22, o que representa uma redução de R\$ 76,1 milhões em relação ao 3T21, explicada principalmente por uma maior despesa financeira no período.

No acumulado do ano, a Companhia registrou lucro de R\$ 869,7 milhões, o que representa uma redução de R\$ 169,3 milhões em relação ao mesmo período em 2021, em decorrência do aumento do EBITDA conforme explicado anteriormente, compensado parcialmente por uma maior despesa financeira no período.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.926.225	6.202.893	27,78%	7.827.885	1,26%	7.926.225	6.202.893	27,78%
(-) Disponibilidades	(1.441.269)	(823.522)	75,01%	(974.855)	47,84%	(1.441.269)	(823.522)	75,01%
Dívida Líquida	6.484.956	5.379.371	20,55%	6.853.030	-5,37%	6.484.956	5.379.371	21%
EBITDA (3)	3.749.539	3.483.323	7,64%	3.680.254	1,88%	3.749.539	3.483.323	8%
Dívida Bruta/EBITDA	2,11	1,78	18,71%	2,13	-0,61%	2,11	1,78	18,71%
Dívida Líquida/EBITDA	1,73	1,54	11,99%	1,86	-7,12%	1,73	1,54	11,99%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,81	0,64	25,40%	0,82	-1,39%	0,81	0,64	25,40%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,78	0,61	26,82%	0,80	-2,99%	0,78	0,61	26,82%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22; (2) Variação entre 9M22 e 9M21; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta⁴ da Companhia encerrou o 3T22 em R\$ 7.926 milhões, um aumento de R\$ 1.723 milhões em relação ao 3T21. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 3.030 milhões, sendo R\$ 673 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 1.375 milhões referentes a emissão da 26ª e 27ª emissão de debêntures, R\$ 325 milhões referentes à 7ª emissão de notas promissórias e R\$ 657 milhões referentes à mútuos com a sua controladora Enel Brasil, realizados para reforço de capital de giro da Companhia, e às (ii) provisões de encargos de R\$ 846 milhões e variação monetária no período no montante de R\$ 150 mil. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 2.314 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 181 milhões e registrou custos de transação, líquido das apropriações do período das operações vigentes, no montante de R\$ 19 milhões.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se as liquidações de operações na modalidade de 4131 com SWAP com o banco Citibank realizada em outubro/2021 no montante de R\$ 323 milhões; a liquidação parcial da 2ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 698 milhões realizada em setembro/2022; e a liquidação dos mútuos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 657 milhões realizada em maio e junho de 2022. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23ª, 24ª, 25ª e 26ª) no montante de R\$ 305 milhões.

A Companhia encerrou o 3T22 com o custo médio da dívida no ano em 13,45% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de setembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos

⁴ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 3T22, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de setembro de 2022. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª), na 7ª emissão de notas promissórias, no BNP Paribas, Scotiabank e MUFG.

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

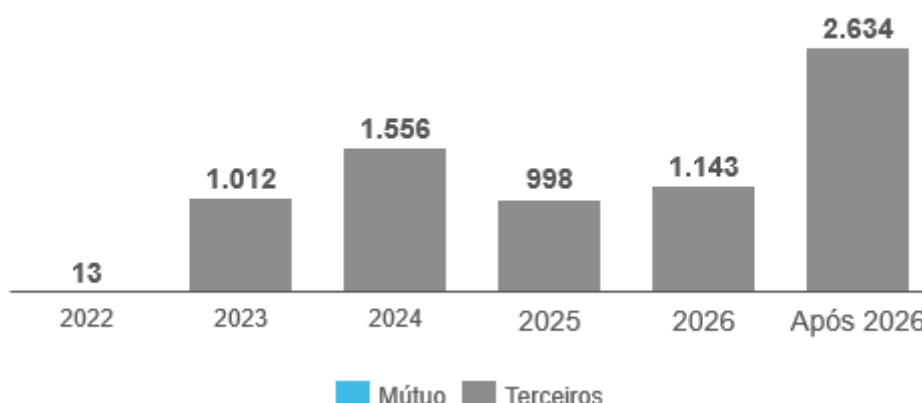
	3T22
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.926.225
Fundo de Pensão	(734.629)
(-) Disponibilidades	(1.441.269)
Dívida Líquida	5.750.327
EBITDA (1) (12 meses)	3.749.539
(+)PDD	674.010
(+)Contingências	77.401
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	6.849
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	16.558
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão	4.524.357
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(17.363)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(16.558)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	4.490.436

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

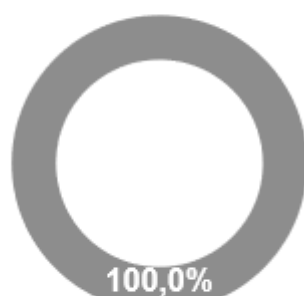
Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture, BNP, SCOTIA, MUFG e 7ª NP	1,27
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,28

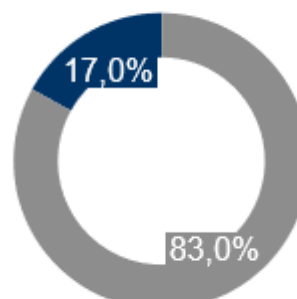
Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁵
Posição Final em set/22



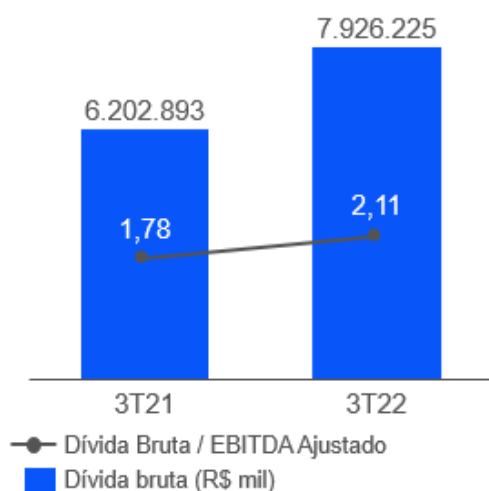
⁵ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

Abertura Dívida Bruta – Indexadores⁶
 Posição Final em set/22


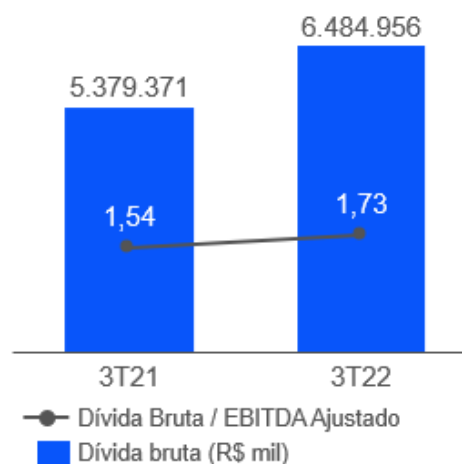
■ IPCA ■ CDI

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP⁷
 Posição Final em set/22


■ Curto prazo ■ Longo Prazo

Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes)
 Evolução 3T21 - 3T22


● Dívida Bruta / EBITDA Ajustado
 ■ Dívida Bruta (R\$ mil)

Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
 Evolução 3T21 - 3T22


● Dívida Bruta / EBITDA Ajustado
 ■ Dívida Bruta (R\$ mil)

Classificação de Riscos (Rating)⁸

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

⁶ Não considera previdência..

⁷ Não considera previdência..

⁸ Quadro considera ratings válidos em 30 de setembro de 2022

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	3T22	3T21	Var. %	2T22	Var. % (1)	9M22	9M21	Var. % (2)
Manutenção	212.834	196.276	8,4%	213.151	-0,1%	628.357	510.106	23,2%
Crescimento	129.352	139.674	-7,4%	122.227	5,8%	318.237	322.109	-1,2%
Novas Conexões	128.154	66.487	92,8%	110.775	15,7%	311.163	171.616	81,3%
Financiado pela Companhia	470.340	402.436	16,9%	446.153	5,4%	1.257.758	1.003.830	25,3%
Financiado pelo Cliente	8.180	13.705	-40,3%	14.842	-44,9%	38.312	29.743	28,8%
Total	478.521	416.141	15,0%	460.994	3,8%	1.296.070	1.033.573	25,4%

(1) Variação entre 3T22 e 2T22 (2) Variação entre 9M22 e 9M21

No 2T22, a Companhia investiu R\$ 478,5 milhões, montante 15,0% superior ao registrado no 3T21, alocados, em atividades de manutenção, que visam à melhoria da confiabilidade operacional e redução das ocorrências, crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema e novas conexões.

Do total investido, R\$ 470,3 milhões foram realizados com recursos próprios, dos quais quase 50% correspondem à investimentos em manutenção visando a melhoria da qualidade do sistema conforme refletido na melhoria contínua nos últimos trimestres dos indicadores de qualidade DEC e FEC. Comparando com o mesmo período do ano passado, destaca-se o crescimento de 92,8% dos investimentos em novas conexões.

No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 1,3 bilhão, montante 25,4% superior ao investido no mesmo período do ano anterior. A maior variação foi observada no investimento em novas conexões, em um montante 81,3% superior ao registrado no 9M21. Do total investido, R\$ 1,2 bilhão foram realizados com recursos próprios e R\$ 38,3 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

5 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Em 2015, a companhia assumiu um compromisso público, perante a ONU, de apoio à Agenda 2030, um plano de ação global para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, que deve ser cumprido até o ano de 2030. Essa agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS. Além do alinhamento das nossas iniciativas em toda Agenda 2030, o Grupo Enel assumiu formalmente metas em relação a quatro deles: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A integração dos compromissos públicos assumidos com os ODS, somados à agenda ASG é garantida por processos estruturados em todo o Grupo, que contam, em todas as suas etapas, com o respeito aos direitos humanos para a busca pelo crescimento sustentável. Além disso, a adoção dos indicadores ASG em toda a cadeia de valor não se dá apenas para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar as decisões e orientar as suas ações.

A partir da estratégia ASG, deriva o Plano de Sustentabilidade da companhia, revisto anualmente, traduzido em indicadores sociais, ambientais e de governança, de acordo com padrões internacionais e com base nos temas materiais identificados no engajamento com os stakeholders e os diversos compromissos que assumimos. O atual Plano de Sustentabilidade da Enel abrange o ciclo 2022-2024 e estabelece objetivos ASG específicos em 4 grandes temas: Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Fundamentos da Sustentabilidade, com ações que abrangem todas as empresas do Grupo no Brasil e ações regionalizadas.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição São Paulo com 57 ações registramos o avanço geral de 84% no terceiro trimestre, sendo 86% em metas ambientais, 83% em metas sociais e 84% em ações para garantir ou aumentar a governança.

Dessa forma, as linhas de negócio do Grupo seguem uma estratégia de relacionamento com todas as partes interessadas, com o objetivo de gerar valor compartilhado. Com foco no atendimento às regiões e comunidades onde a Enel está inserida, especialmente as localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social, a companhia criou o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, educação para o consumo consciente de energia, geração de renda e empregabilidade, cidadania e economia

circular.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Ao aliar o programa Enel Compartilha à sua estratégia de negócio e aos ODS da ONU, a Enel reforça o compromisso do Grupo com a Agenda ASG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável.

Seguem como destaques no terceiro trimestre de 2022 da Enel São Paulo, os seguintes projetos voltados para clientes e comunidades:

Subestação Sustentável - ODS 7 e 9

O projeto Subestação Sustentável visa garantir que ações de sustentabilidade e economia circular sejam implementadas nos projetos de construções de subestações da Enel. Em São Paulo estamos atuando com o projeto de estação sustentável na ETD Socorro, localizada na zona Sul da capital. Para o canteiro sustentável, implementamos diversas ações como palestras de consumo consciente, mini horta, composteira, beneficiando os funcionários da obra, além de palestras com troca de lâmpadas para os moradores da comunidade do entorno.

Usina de ensino fotovoltaico na UFABC - ODS 7, 9 e 13

Em agosto finalizamos a usina de ensino fotovoltaico no campus Santo André da Universidade Federal do ABC (UFABC). A usina servirá de base para capacitação de alunos no tema de geração fotovoltaica. A usina é parte integrante do projeto de eficiência energética na universidade, que contou com a substituição de mais de 12 mil lâmpadas no campus Santo André e instalação de sistema fotovoltaico nos campus Santo André e São Bernardo. As duas ações proporcionarão uma economia de aproximadamente 1.250 MWh/ano equivalente ao consumo mensal de 612 residências pelo período de um ano.

Oficinas do Enel Compartilha Oportunidade - ODS 8

O projeto Enel Compartilha Oportunidade promoveu 29 oficinas e capacitou 994 pessoas no último trimestre, com conteúdo sobre empregabilidade, dicas de elaboração de currículo e entrevistas para associações, ONGs, e o Centro de Cidadania da Mulher. Para as próximas etapas, ofereceremos capacitação em elétrica para os participantes das oficinas que estiverem interessados, focando em capacitação técnica com posterior encaminhamento para entrevistas.

Sábado Cidadão do Luz e Lápis - ODS 4 e 7

No dia 27 de agosto participamos do Sábado Cidadão, idealizado pelo Centro Educacional Infantil Luz e Lápis, entidade mantida pela Enel. Foram realizadas atividades do programa de Sustentabilidade Enel Compartilha: Cidadania, Consumo Consciente, Oportunidade, Eficiência (cadastro para troca de geladeira), Ecoenel e outros parceiros. Abordamos nessa atividade informações sobre Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), dicas de economia de energia, cadastro para oficinas sobre empregabilidade, reciclagem de resíduos, entre outras. Tivemos a participação de 249 clientes.

Indicadores ASG - Enel São Paulo

	3T22	3T21
Colaboradores próprios (unit)	4.114	4.585
Colaboradores terceirizados (unit)	11.857	11.994
% de mulheres na Empresa	17,2%	16,2%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	26,0%	24,4%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	7,94	17,81
Taxa de Rotatividade (2)*	13,4%	4,3%
Número de membros no conselho (unit)	9	9
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	33,3%	33,3%
Beneficiados pelos projetos sociais	481.955	203.953
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	98%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	92%	99%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	14	6
Realização de ECoS Ambiental (4)*	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2022: 16 ; (4) Meta 2022: 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS**Reajuste Tarifário Anual 2022**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 28 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:























Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021 e no segundo semestre de 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70		
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

ANEXO 1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)

	3T22	3T21	Var. %	9M22	9M21	Var. %
Receita Operacional Bruta	7.343.014	9.602.888	-23,5%	22.953.395	22.930.686	0,1%
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	5.345.822	5.816.159	-8,1%	17.463.748	15.755.705	10,8%
CVA	322.239	1.854.455	-82,6%	1.398.298	2.842.549	-50,8%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	669.073	503.118	33,0%	1.764.531	1.536.468	14,8%
Receita de Construção	571.346	389.177	46,8%	1.326.975	1.028.876	29,0%
Outras Receitas	434.534	1.039.979	-58,2%	999.843	1.767.088	-43,4%
Deduções da Receita Operacional	(2.532.886)	(3.345.216)	-24,3%	(9.281.855)	(8.029.372)	15,6%
Receita Operacional Líquida	4.810.128	6.257.672	-23,1%	13.671.540	14.901.314	-8,3%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.753.339)	(4.298.145)	-35,9%	(7.946.606)	(9.963.247)	-20,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.052.863)	(3.683.284)	-44,3%	(5.788.676)	(7.964.225)	-27,3%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(700.476)	(614.861)		(2.157.930)	(1.999.022)	
Custo/Despesa Operacional	(1.290.895)	(1.232.875)	4,7%	(3.514.653)	(3.276.666)	7,3%
Pessoal	(131.899)	(109.821)	20,1%	(410.556)	(511.997)	-19,8%
Material e Serviços de terceiros	(210.655)	(259.089)	-18,7%	(724.434)	(721.101)	0,5%
Depreciação e amortização	(193.684)	(163.641)	18,4%	(562.310)	(486.708)	15,5%
Provisões	(116.015)	(220.376)	-47,4%	(334.194)	(270.590)	23,5%
Custo de construção	(571.346)	(389.177)	46,8%	(1.326.975)	(1.028.876)	29,0%
Outros	(29.539)	(32.612)	-9,4%	(43.306)	(109.213)	-60,3%
Outras receitas/despesas operacionais	(37.757)	(58.159)	-35,1%	(112.878)	(148.181)	-23,8%
EBITDA	959.578	890.293	7,8%	2.772.591	2.148.109	29,1%
EBIT	765.894	726.652	5,4%	2.210.281	1.661.401	33,0%
Resultado Financeiro	(392.522)	(183.702)	>100,0%	(990.790)	(591.064)	67,6%
Receita Financeira	92.559	145.158	-36,2%	552.440	404.005	36,7%
Despesa Financeira	(483.032)	(328.420)	47,1%	(1.543.639)	(995.602)	55,0%
Variações Cambiais	(2.049)	(440)		409	533	
Resultado antes dos impostos	373.372	542.950	-31,2%	1.219.491	1.070.337	13,9%
IR/CS	(95.920)	(189.353)	-49,3%	(349.810)	(369.997)	-5,5%
Lucro/Prejuízo Líquido	277.452	353.597	-21,5%	869.681	700.340	24,2%



Notas Explicativas

Eletropaulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93
Formulário de Informações Trimestrais
30 de setembro de 2022

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reapresentado
	Notas	30.09.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.435.832	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	5	5.437	2.968
Consumidores, revendedores e outros	6	3.030.956	3.293.518
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	-	57.434
Outros tributos compensáveis	7	1.281.396	989.823
Contas a receber - acordos	6	593.048	487.729
Ativo financeiro setorial	9	490.830	955.538
Créditos a receber - subvenção e outros	8	98.197	287.409
Outros créditos		303.759	288.782
Almoxarifado		7.922	24.319
Serviços em curso		415.043	363.098
Despesas pagas antecipadamente		72.642	68.176
Total do ativo circulante		7.735.062	7.931.096
<u>Ativo não circulante</u>			
Consumidores, revendedores e outros	6	23.868	23.868
Ativo financeiro setorial	9	444.877	828.202
Instrumentos financeiros derivativos	29	98.675	125.116
Outros tributos compensáveis	7	4.349.615	5.208.206
Tributos diferidos	26	4.487.691	4.508.956
Depósitos vinculados	17	892.827	851.972
Contas a receber - acordos	6	42.755	16.918
Outros créditos		56.791	62.020
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10	1.299.907	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	10	7.124.248	6.317.532
Investimento		41.250	34.936
Imobilizado arrendado	15	133.953	263.349
Intangível	10	3.822.870	3.824.864
Total do ativo não circulante		22.819.327	23.116.718
Total do ativo		30.554.389	31.047.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reapresentado
	Notas	30.09.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	11	2.365.583	3.074.669
Empréstimos e financiamentos	13	381.574	44.048
Debêntures	14	828.935	761.480
Obrigações por arrendamentos	15	38.313	50.327
Subvenções governamentais		1.086	1.756
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	19.083	-
Outros tributos a pagar	12	581.788	608.834
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		483.500	576.116
Salários, provisões e encargos sociais		123.586	118.882
Encargos setoriais	18	517.676	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	10.871	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	342.965	375.145
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	186.156	186.090
Reserva de reversão		7.343	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	29	132.518	40.459
Outras obrigações		499.272	673.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	1.026.300	814.140
Total do passivo circulante		7.546.549	7.840.496
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	13	2.748.886	2.496.323
Debêntures	14	3.702.706	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	15	103.226	229.735
Subvenções governamentais		180	904
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.711.144	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	56.121	363.777
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17	958.573	894.545
Encargos setoriais	18	113.727	102.319
Reserva de reversão		23.864	29.371
Instrumentos financeiros derivativos	29	230.281	44.224
Outras obrigações		102.447	110.695
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.374.515	6.326.144
Total do passivo não circulante		21.125.670	20.829.014
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	21	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21	(4.390.760)	(4.037.195)
Reserva legal		196.766	196.766
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	870.778
Lucro do período		728.209	-
Total do patrimônio líquido		1.882.170	2.378.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		30.554.389	31.047.814

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receita líquida	23	4.810.128	13.671.540	6.257.676	14.901.318
Custo do serviço	24	(3.801.256)	(10.751.225)	(5.168.480)	(12.577.878)
Lucro bruto		1.008.872	2.920.315	1.089.196	2.323.440
Receitas (Despesas) operacionais					
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	(153.049)	(418.067)	(262.199)	(416.830)
Despesas gerais e administrativas	24	(135.814)	(437.230)	(142.024)	(368.383)
Outras receitas e despesas operacionais	24	45.885	145.263	41.683	123.178
Total despesas operacionais		(242.978)	(710.034)	(362.540)	(662.035)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		765.894	2.210.281	726.656	1.661.405
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	92.559	552.440	145.156	404.003
Despesas financeiras	25	(483.032)	(1.543.639)	(328.422)	(995.604)
Variações cambiais, líquidas	25	(2.049)	409	(440)	533
Total do resultado financeiro		(392.522)	(990.790)	(183.706)	(591.068)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		373.372	1.219.491	542.950	1.070.337
Imposto de renda e contribuição social					
Contribuição social	26	(15.347)	(43.195)	(20.316)	(29.282)
Imposto de renda	26	(41.489)	(116.883)	(54.998)	(79.045)
Contribuição social diferida	26	(10.358)	(50.223)	(30.187)	(69.266)
Imposto de renda diferido	26	(28.726)	(139.509)	(83.852)	(192.404)
Total dos tributos sobre o lucro		(95.920)	(349.810)	(189.353)	(369.997)
Lucro líquido do período		277.452	869.681	353.597	700.340
Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária	22	1,40506	4,40418	1,79067	3,54662

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Lucro líquido do período	277.452	869.681	353.597	700.340
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	-	(323.026)	-	1.436.450
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	-	4.817	-	10.548
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	-	108.191	-	(491.980)
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(45.195)	(143.968)	(15.575)	(1.386)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	15.367	48.949	5.295	470
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de tributos	247.624	564.644	343.317	1.654.442

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de nove meses findo em 30 de setembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Outros resultados abrangentes/ Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	700.340	700.340
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	1.446.998	-	-	-	-	1.446.998
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	(491.980)	-	-	-	-	(491.980)
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(1.386)	-	-	-	-	(1.386)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	470	-	-	-	-	470
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(171.137)	-	-	(171.137)
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(759.823)	-	(759.823)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(77.758)	-	-	-	77.758	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	26.438	-	-	-	(26.438)	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(2.873.861)	196.766	-	-	751.660	3.422.520
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	(4.037.195)	196.766	-	870.778	-	2.378.304
<u>Resultado abrangente total:</u>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	869.681	869.681
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	(318.209)	-	-	-	-	(318.209)
IRCS sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	108.191	-	-	-	-	108.191
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(143.968)	-	-	-	-	(143.968)
IRCS sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	26	-	-	48.949	-	-	-	-	48.949
<u>Transações com os acionistas:</u>									
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(870.778)	-	(870.778)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(190.000)	(190.000)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(73.527)	-	-	-	73.527	-
IRCS sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	24.999	-	-	-	(24.999)	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	3.079.525	2.267.883	547	(4.390.760)	196.766	-	-	728.209	1.882.170

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Período de nove meses findo em 30 de setembro 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	869.681	700.340
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	585.345	519.063
Variações monetárias	50.318	(15.569)
Variações cambiais - instrumento derivativo	37.025	(68.979)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(291.466)	(368.888)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	274.166	417.604
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	144.893	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	52.773	135.034
Atualização Acordo Eletrobras	54.814	28.229
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	489.164	264.665
Juros sobre obrigações de arrendamento	9.771	12.207
Juros sobre operação com instrumento derivativo	274.393	23.213
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	108.424	143.379
Benefícios pós-emprego	449.909	356.866
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(143)	(642)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	28.075	54.079
Tributos e contribuições sociais diferidos	189.733	261.672
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(58.830)	(1.060.010)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	141.003	615
Outros tributos compensáveis	567.018	204.598
Almoxarifado	16.397	18.426
Serviços em curso	(51.945)	(74.314)
Contas a receber - acordos	(209.496)	(46.919)
Despesas pagas antecipadamente	(4.466)	(17.342)
Outros créditos	(20.499)	(67.596)
Créditos a receber - subvenção e outros	189.212	-
Ativo financeiro setorial	848.033	(1.596.741)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(857.137)	553.717
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(9.417)	2.851
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	260.531	242.334
Outros tributos a pagar	14.054	143.229
Obrigações sociais e trabalhistas	4.704	748
Encargos setoriais	46.945	127.132
Outras obrigações	(187.549)	(2.638)
	4.015.433	890.363
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(338.065)	(102.502)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(18.437)	(12.207)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(183.054)	(1.884)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(119.662)	(25.006)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(712.609)	(570.001)
Pagamento de processos judiciais e outros	(89.190)	(145.650)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(394.650)	(361.112)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(3)	(416)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.159.763	(328.415)
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(1.303.962)	(1.019.996)
Consumidores participação financeira	108.994	90.246
Aplicações em investimento de curto prazo	(2.435)	(34.265)
Resgates de investimento de curto prazo	74	70.878
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(97.271)	(68.322)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(8.632)	23.831
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.303.232)	(937.628)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.130.595	3.169.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.376.284)	(2.701.583)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(122.858)	(28.204)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	-	108.147
Pagamento de obrigações por arrendamento	(39.560)	(43.240)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.124.894)	(513.137)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(533.001)	(9.017)
Variação no caixa líquido da Companhia	323.530	(1.275.060)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	2.095.811
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.435.832	820.751
	323.530	(1.275.060)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Período de nove meses findo em 30 de setembro 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
1. Receitas	22.535.328	22.513.856
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	22.953.395	22.930.686
Fornecimento de energia elétrica	9.463.230	8.527.391
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	10.005.970	9.785.722
Outras receitas	2.157.220	3.588.697
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.326.975	1.028.876
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(418.067)	(416.830)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(10.702.948)	(12.645.569)
Materiais	(580.210)	(517.207)
Outros custos operacionais	(18.069)	(93.442)
Custo da energia comprada e transmissão	(8.710.777)	(10.929.149)
Serviços de terceiros	(1.393.892)	(1.105.771)
3. Valor adicionado bruto	11.832.380	9.868.287
4. Retenções	(593.543)	(519.062)
Depreciação e amortização	(593.543)	(519.062)
5. Valos adicionado líquido produzido pela entidade	11.238.837	9.349.225
6. Valor adicionado recebido em transferência	552.440	404.005
Receitas financeiras	552.440	404.005
7. Valor adicionado total a distribuir	11.791.277	9.753.230
8. Distribuição do valor adicionado	11.791.277	9.753.230
Empregados (Colaboradores)	426.238	549.552
Salários e encargos	292.529	397.785
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	(5.416)	6.850
Benefícios	114.421	121.606
FGTS	24.704	23.311
Tributos (Governo)	8.947.272	7.495.991
Federais	1.276.716	989.505
Imposto de renda e contribuição social	349.810	369.999
COFINS	635.467	446.533
PIS	206.442	96.873
INSS	57.549	50.552
Encargos sociais - Outros	27.448	25.548
Estaduais	3.464.238	3.280.245
ICMS	3.451.999	3.272.961
Outros	12.239	7.284
Municipais	38.770	30.654
ISS	261	110
IPTU	38.131	30.492
Outros	378	52
Encargos setoriais	4.167.548	3.195.587
CDE - Conta de desenvolvimento energético	2.798.395	1.820.069
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	119.576	134.045
Encargos do consumidor - PROINFA	104.408	76.845
Encargos do consumidor - CCRBT	1.123.108	1.147.584
Taxa de fiscalização - ANEEL	22.061	17.044
Remuneração de capitais de terceiros	1.548.086	1.007.347
Juros	1.543.230	995.396
Aluguéis	4.856	11.951
Remuneração de capitais próprios	869.681	700.340
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(48.528)	(51.320)
Lucros retidos	918.209	751.660

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640.

O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 2.339 como saldo a ser ressarcido, vide nota explicativa nº 6.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da bandeira escassez hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes baixa renda que continuariam a ter os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 1 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e está sendo repassado aos consumidores desde o ciclo tarifário julho de 2022 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434.461, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 11. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de fevereiro de 2022 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2022.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.1.5 Reclassificação de saldos comparativos

A Companhia revisou suas políticas contábeis, alinhada com a política das demais distribuidoras do mesmo grupo econômico, procedeu a ajuste de reclassificação para fins de apresentação nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente autorizadas em 24 de fevereiro de 2022, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 1.179.784 do passivo circulante para o ativo circulante e de R\$ 485.355 do passivo não circulante para o ativo não circulante. Não há efeito no patrimônio líquido ou nas demonstrações de resultados, bem como nos cálculos de quaisquer índices financeiros.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	3.074.669	-	3.074.669
Empréstimos e financiamentos	44.048	-	44.048
Debêntures	761.480	-	761.480
Obrigações por arrendamentos	50.327	-	50.327
Subvenções governamentais	1.756	-	1.756
Outros tributos a pagar	608.834	-	608.834
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	576.116	-	576.116
Salários, provisões e encargos sociais	118.882	-	118.882
Encargos setoriais	496.308	-	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	11.834	-	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	375.145	-	375.145
Provisões para processos judiciais e outros riscos	186.090	-	186.090
Reserva de reversão	7.342	-	7.342
Instrumentos financeiros derivativos	40.459	-	40.459
Outras obrigações	673.066	-	673.066
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	814.140	-	814.140
Passivo financeiro setorial	1.179.784	1.179.784	-
Total do passivo circulante	9.020.280		7.840.496
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	2.496.323	-	2.496.323
Debêntures	3.576.305	-	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	229.735	-	229.735
Subvenções governamentais	904	-	904
Obrigações com benefícios pós-emprego	6.654.672	-	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras	363.777	-	363.777
Provisões para processos judiciais e outros riscos	894.545	-	894.545
Encargos setoriais	102.319	-	102.319
Reserva de reversão	29.371	-	29.371
Instrumentos financeiros derivativos	44.224	-	44.224
Outras obrigações	110.695	-	110.695
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.326.144	-	6.326.144
Passivo financeiro setorial	485.355	485.355	-
Total do passivo não circulante	21.314.369		20.829.014

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2021		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.112.302	-	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	2.968	-	2.968
Consumidores, revendedores e outros	3.293.518	-	3.293.518
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	57.434	-	57.434
Outros tributos compensáveis	989.823	-	989.823
Contas a receber - acordos	487.729	-	487.729
Ativo financeiro setorial	2.135.322	(1.179.784)	955.538
Créditos a receber - subvenção e outros	287.409	-	287.409
Outros créditos	288.782	-	288.782
Almoxarifado	24.319	-	24.319
Serviços em curso	363.098	-	363.098
Despesas pagas antecipadamente	68.176	-	68.176
Total do ativo circulante	9.110.880		7.931.096
Ativo não circulante			
Consumidores, revendedores e outros	23.868	-	23.868
Ativo financeiro setorial	1.313.557	(485.355)	828.202
Instrumentos financeiros derivativos	125.116	-	125.116
Outros tributos compensáveis	5.208.206	-	5.208.206
Tributos diferidos	4.508.956	-	4.508.956
Depósitos vinculados	851.972	-	851.972
Contas a receber - acordos	16.918	-	16.918
Outros créditos	62.020	-	62.020
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	1.050.779	-	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	6.317.532	-	6.317.532
Investimento	34.936	-	34.936
Imobilizado arrendado	263.349	-	263.349
Intangível	3.824.864	-	3.824.864
Total do ativo não circulante	23.602.073		23.116.718

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios**a) Revisão e reajuste tarifário**

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 28 de junho de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2022, aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45 e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04% sendo de 18,03%, em média, para os consumidores conectados na AT e de 10,15%, em média, para os consumidores na BT.

Os componentes financeiros negativos aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de R\$ 592.400, dentre os quais destacamos R\$ 1.631.000 positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), sobrecontratação de R\$ 4.100 negativo e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 654.500. Por fim, vale destacar que foi considerado valor negativo relativo à Conta Escassez Hídrica de R\$ 526.100, valor negativo de Ressarcimento de Créditos de Pis Cofins de R\$ 1.625.000 e um excedente do fundo de Itaipu de R\$ 235.200 negativo.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Bandeiras tarifárias

Devido a recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022 a bandeira tarifária vigente é a verde.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, emitidas em 24 de fevereiro de 2022, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Numerário disponível		17.174	11.459
Numerário em trânsito	4.1	134.961	133.696
CDB-DI		1.283.697	967.147
Total		1.435.832	1.112.302

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

5. Títulos e valores mobiliários

Investimentos de curto prazo

CDB-DI	5.437	2.968
Total	5.437	2.968

6. Contas a receber - Consumidores, revendedores e outros

6.1 Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

	Nota	A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	30.09.2022
		até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Residencial		498.334	485.590	59.776	175.190	309.044	1.026.573	2.554.507	(1.286.342)	1.268.165
Industrial		48.015	23.818	1.416	4.503	7.852	55.527	141.131	(58.347)	82.784
Comercial		184.319	58.814	4.213	16.123	27.373	96.416	387.258	(109.631)	277.627
Rural		335	134	8	23	65	217	782	(279)	503
Poderes Públicos		53.275	2.795	243	593	1.176	1.753	59.835	(1.403)	58.432
Iluminação pública		25.661	877	43	6.210	80	144	33.015	(194)	32.821
Serviço público		44.284	-	441	112	42	13	44.892	(349)	44.543
Serviço cobráveis		2.153	152	135	260	7	7	2.714	(247)	2.467
Encargos de uso da rede		4.200	-	-	-	72	113	4.385	-	4.385
Receita não faturada		1.248.234	-	-	-	-	-	1.248.234	(10.108)	1.238.126
Particip. Financeira - Consumidor		43	34	-	266	61	198	602	-	602
Concessionárias e permissionárias:										
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	27	2.284	-	-	-	-	-	2.284	-	2.284
Ressarcimento - leilões de energia		18.217	-	-	-	-	-	18.217	-	18.217
Total - Circulante		2.129.354	572.214	66.275	203.280	345.772	1.180.961	4.497.856	(1.466.900)	3.030.956
Não Circulante										
Consumidores - distribuição de energia:										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.080	24.080	(212)	23.868
Total - circulante + não circulante		2.129.354	572.214	66.275	203.280	345.772	1.205.041	4.521.936	(1.467.112)	3.054.824

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		A vencer	Vencidos					Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	31.12.2021
	Nota	até 30 dias	até 60 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Circulante										
Consumidores Distribuição de energia:										
Residencial		557.075	555.689	77.560	163.555	226.564	853.262	2.433.705	(1.103.912)	1.329.793
Industrial		58.030	31.694	1.993	3.757	6.729	52.554	154.757	(54.174)	100.583
Comercial		276.073	74.843	6.578	13.237	18.658	85.116	474.505	(103.103)	371.402
Rural		275	143	23	55	61	156	713	(234)	479
Poderes Públicos		56.174	3.511	500	1.150	555	2.128	64.018	(1.233)	62.785
Iluminação pública		20.660	469	133	334	349	121	22.066	(309)	21.757
Serviço público		35.048	-	246	47	58	29	35.428	(253)	35.175
Serviço cobráveis		86	224	135	272	3	5	725	(277)	448
Encargos de uso da rede		3.779	-	-	72	-	113	3.964	-	3.964
Receita não faturada		1.224.820	-	-	-	-	-	1.224.820	(12.513)	1.212.307
Particip. Financeira - Consumidor		1.584	201	45	152	160	198	2.340	-	2.340
Concessionárias e permissionárias:										
Energia no curto prazo - CCEE		115.990	-	-	-	-	-	115.990	-	115.990
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	27	21.282	-	-	-	-	-	21.282	-	21.282
Ressarcimento - leilões de energia		15.213	-	-	-	-	-	15.213	-	15.213
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - Circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	993.682	4.569.526	(1.276.008)	3.293.518
Não Circulante										
Iluminação pública		-	-	-	-	-	24.079	24.079	(211)	23.868
Total - não circulante		-	-	-	-	-	24.079	24.079	(211)	23.868
Total - circulante + não circulante		2.386.089	666.774	87.213	182.631	253.137	1.017.761	4.593.605	(1.276.219)	3.317.386

6.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Circulante			
Consumidores		1.036.284	870.539
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(443.236)	(382.810)
Saldo líquido de PECLD		593.048	487.729
Não circulante			
Consumidores		48.920	23.667
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(6.165)	(6.749)
Saldo líquido de PECLD		42.755	16.918
Total circulante + não circulante		635.803	504.647

O aumento do saldo se deve principalmente à deterioração do poder de consumo e pagamento da população. A Companhia continua com a adoção medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 30.09.2022
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	457.783	90.724	536.697	1.085.204
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(36.758)	(28.969)	(383.674)	(449.401)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	421.025	61.755	153.023	635.803

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3 Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2022
Consumidores	6.1	(1.276.219)	(321.392)	130.499	(1.467.112)
Contas a receber - acordos	6.2	(389.559)	(78.340)	18.498	(449.401)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(4.634)	(18.475)	382	(22.727)
Outros créditos		(5.390)	(852)	-	(6.242)
Total		(1.675.802)	(419.059)	149.379	(1.945.482)
Circulante		(1.668.841)			(1.939.106)
Não circulante		(6.961)			(6.376)
Total		(1.675.802)			(1.945.482)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2021
Consumidores	5	(955.913)	(308.147)	170.454	(1.093.606)
Contas a receber - acordos	6	(280.061)	(110.554)	22.716	(367.899)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(7.470)	2.302	1.423	(3.745)
Outros créditos		(4.464)	(1.205)	-	(5.669)
Total		(1.247.908)	(417.604)	194.593	(1.470.919)
Circulante		(1.244.749)			(1.464.073)
Não circulante		(3.159)			(6.846)
Total		(1.247.908)			(1.470.919)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos.

As mudanças na avaliação de riscos e todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis tomam por base o comportamento histórico da sua carteira e perfil do cliente e são aplicadas de forma consistente ao longo dos períodos de reporte.

Atualmente, a Companhia não possui nenhuma restrição aos seus processos de cobrança, conforme ocorrido em períodos passados de pandemia, no qual foi imposto pela ANEEL ou Legislações Específicas regras restritivas de corte, que impactaram a expectativa de perda.

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcelamentos; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2022	30.09.2021
Provisão	(419.059)	(417.604)
Receita com recuperação de perdas	992	771
	<u>(418.067)</u>	<u>(416.833)</u>

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	30.09.2022	31.12.2021
<u>Circulante</u>			
Contribuição social		-	12.587
Imposto de renda		-	24.206
Imposto de renda retido na fonte		-	20.641
Total		-	57.434
<u>Outros tributos compensáveis</u>		30.09.2022	31.12.2021
<u>Circulante</u>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	1.026.300	814.140
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		124.140	103.685
ICMS - Compra de créditos		82.953	30.945
COFINS		38.775	33.122
PIS		9.104	7.847
INSS		124	84
Total		1.281.396	989.823
<u>Não circulante</u>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	4.249.155	5.117.610
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		100.460	90.596
Total		4.349.615	5.208.206
Total circulante + não circulante		5.631.011	6.198.029

8. Créditos a receber - subvenção e outros

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
CDE compensação - liminar		-	16.238
Subvenção baixa renda		43.670	2.179
Previsão ajuste CDE ciclo corrente		2.533	-
Subsídio CDE mensal - ciclo corrente		49.655	23.353
Bônus - Redução Voluntária de consumo a)	8.1	2.339	245.640
		<u>98.197</u>	<u>287.410</u>

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 8.1** Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 243.301, restando um saldo de R\$ 2.339 a ser ressarcido.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

											Ativo		Passivo		
	Nota	Saldos em 31.12.2021	Diferimentos	Amortização	Escassez Hídrica/ CDE Eletrobrás/ Itaipu	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldos em 30.09.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais															
CVA Ativa e Passiva		2.352.146	851.003	(1.078.700)	-	(1.044.066)	141.921	(171.084)	1.051.220	(354.094)	1.405.314	1.348.378	358.184	(177.499)	(477.843)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	9.1	779.036	386.119	-	-	-	45.093	(900.409)	309.839	309.839	-	77.460	232.379	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA		14.558	97.406	(39.390)	-	-	6.901	-	79.475	1.607	77.868	78.270	1.205	-	-
Transporte de energia pela rede básica	9.2	65.251	117.183	(30.000)	-	-	7.797	-	160.231	73.295	86.936	105.260	54.971	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu		33.913	20.569	(21.867)	-	-	2.644	-	35.259	12.421	22.838	25.943	9.316	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(89.233)	509.008	(107.004)	-	-	25.253	(1.289)	336.735	79.130	257.605	276.422	60.313	-	-
Custos de Aquisição de Energia	9.3	562.725	(667.985)	(775.549)	-	141.069	13.350	730.614	4.224	(660.073)	664.297	489.255	-	(134.921)	(350.110)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		985.896	388.703	(104.890)	-	(1.185.135)	40.883	-	125.457	(170.313)	295.770	295.768	-	(42.578)	(127.733)
							-								
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(568.406)	1.183.350	550.943	(1.310.619)	(91.865)	(50.000)	171.084	(115.513)	(176.634)	61.121	396.487	1.651.270	(1.076.536)	(1.086.734)
Neutralidade da Parcela A		12.679	(10.042)	8.146	-	-	4.977	-	15.760	8.624	7.136	12.966	2.794	-	-
Sobrecontratação de energia		112.729	293.208	(106.618)	-	(82.643)	(773)	-	215.903	218.994	(3.091)	54.749	164.245	(3.091)	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(109.272)	-	54.636	-	-	-	-	(54.636)	-	(54.636)	-	-	(126.941)	72.305
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(209.796)	(57.587)	-	-	-	(21.832)	-	(289.215)	(289.215)	-	-	-	-	(289.215)
Risco hidrológico		(797.339)	(519.937)	527.625	-	-	(33.825)	-	(823.476)	(59.173)	(764.303)	-	-	(686.823)	(136.653)
Antecipação da parcela B		140.000	140.000	-	-	-	24.335	-	304.335	-	304.335	304.335	-	-	-
Bandeira escassez hídrica		-	131.525	-	-	-	-	-	131.525	131.525	-	131.525	-	-	-
Outros	9.4 9.5	282.593	1.206.183	67.154	(1.310.619)	(9.222)	(22.882)	171.084	384.291	(187.389)	571.680	(107.088)	1.484.231	(259.681)	(733.171)
Total		1.783.740	2.034.353	(527.757)	(1.310.619)	(1.135.931)	91.921	-	935.707	(530.728)	1.466.435	1.744.865	2.009.454	(1.254.035)	(1.564.577)

9.1 A redução no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente a redução da taxa de câmbio (dólar médio), que no período de nove meses findo em 20 de setembro de 2022 foi de R\$ 5,14, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

9.2 O diferimento ativo de transporte de energia rede básica é devido das novas tarifas de transmissão (TUST rede básica e e TUST fronteira) que passaram a vigorar a partir de julho de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 O diferimento passivo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, devido a maior geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com a redução do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças) e manutenção da bandeira escassez hídrica até 15 de abril de 2022.

9.4 Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, foi constituído uma adição de R\$ 131.525 referente ao recebimento da escassez hídrica, proporcional a 3/12 avos.

9.5 Recebimento Escassez Hídrica, CDE Eletrobrás e Itaipu

i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2, foi contratada operação financeira com o objetivo de custear medidas de combate à escassez hídrica vivenciada no 2º semestre de 2021. Tal operação foi aprovada a partir da Resolução Normativa nº 1.008/2022, de 15 de março de 2022, alterada pela Resolução Normativa nº 1.019/2022, de 19 de abril de 2022. O Despacho nº 1.177/2022, de 3 de maio de 2022, indicou a data de 9 de maio para fixar os valores dos recursos da Conta Escassez Hídrica a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica referentes aos montantes de recursos solicitados nos Termos de Aceitação às disposições do Decreto nº 10.939/2022. Dessa forma, a Companhia recebeu da referida conta, o montante de R\$ 521.434. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 5.

ii) Recebimento dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras no valor de R\$ 553.985 de acordo com o Despacho Nº 1.959/2022, de 21 de julho de 2022;

iii) Recebimento conforme a Resolução Normativa nº 3.093/22, de 16 de agosto de 2022 referente ao excedente de recursos da conta de comercialização de Itaipu repassado as distribuidoras com efeito médio ao consumidor superior a 10%, no valor de R\$ 235.200.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

											Ativo		Passivo	
	Nota	Saldos em 31.12.2020	Adição	Amorti- zação	Recebimento bandeiras tarifárias	Remu- neração	Transfe- rências	Saldos em 30.09.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos e passivos financeiros setoriais														
CVA Ativa e Passiva		872.776	3.047.222	(312.207)	(1.225.708)	39.991	(401)	2.421.673	1.399.565	1.022.107	1.497.159	1.072.185	(94.262)	(53.410)
Energia Itaipu - custo/variação cambial		891.362	779.930	-	-	13.700	(1.180.187)	504.805	504.805	-	126.201	378.604	-	-
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA		(4.770)	27.596	(10.772)	-	855	7.941	20.850	444	20.406	23.321	-	(618)	(1.853)
Transporte de energia pela rede básica		(16.553)	44.640	4.876	-	1.084	-	34.047	31.818	2.229	9.928	24.119	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu		14.710	16.164	(2.169)	-	897	-	29.602	7.734	21.868	25.372	4.230	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		36.515	(3.975)	(55.885)	-	2.695	(8.783)	(29.433)	(64.106)	34.673	39.310	-	(17.186)	(51.557)
Custos de Aquisição de Energia		(185.821)	1.838.584	(213.546)	(969.328)	24.327	1.180.628	1.674.844	742.286	932.558	1.216.889	534.413	(76.458)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		137.333	344.283	(34.711)	(256.380)	(3.567)	-	186.958	176.584	10.373	56.138	130.819	-	-
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		(849.885)	(382.776)	479.994	(28.229)	(21.546)	401	(802.041)	(51.718)	(750.322)	273.900	330.881	(998.003)	(408.818)
Neutralidade da Parcela A		44.619	11.815	(53.102)	-	75	401	3.808	-	3.808	5.423	16.269	(17.884)	-
Sobrecontratação de energia		106.709	31.027	19.657	(28.229)	2.574	-	131.738	(38.733)	170.470	161.003	-	(7.317)	(21.949)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(182.119)	-	54.636	-	-	-	(127.483)	-	(127.483)	-	-	(260.922)	133.439
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(131.769)	(51.749)	-	-	(4.207)	-	(187.725)	(187.725)	-	-	-	-	(187.725)
Risco hidrológico		(681.469)	(580.996)	487.519	-	(7.766)	-	(782.712)	-	(782.712)	-	-	(630.606)	(152.106)
Outros		(5.856)	207.127	(28.716)	-	(12.222)	-	160.333	174.740	(14.405)	107.474	314.612	(81.274)	(180.477)
Total		22.891	2.664.446	167.787	(1.253.937)	18.445	-	1.619.632	1.347.847	271.785	1.771.059	1.403.066	(1.092.265)	(462.228)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contratos de concessão público – privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
<u>Ativo contratual</u>	10.1	1.299.907	1.050.779
<u>Ativo financeiro da concessão</u>	10.2	7.124.248	6.317.532
<u>Intangível</u>			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.822.870	3.824.864
Total dos contratos de concessão público - privado		12.247.025	11.193.175

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 1,86% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 (21,23% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
Saldos em 31 de dezembro de 2020		687.915	(142.174)	545.741
Adições		1.119.122	(90.246)	1.028.876
Transferências para intangível da concessão	10.3	(358.763)	11.461	(347.302)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(410.274)	31.073	(379.201)
Saldos em 30 de setembro de 2021		1.038.000	(189.886)	848.114
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.242.961	(192.182)	1.050.779
Adições		1.435.970	(108.994)	1.326.976
Transferências para intangível da concessão	10.3	(564.604)	17.879	(546.725)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(591.162)	60.039	(531.123)
Saldos em 30 de setembro de 2022		1.523.165	(223.258)	1.299.907

10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Saldo inicial		6.317.532	5.247.418
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	531.123	554.677
Baixas	24	(15.873)	(28.618)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	291.466	544.055
Saldo final		7.124.248	6.317.532

10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.09.2022	31.12.2021
Ativo intangível - custo	8.731.182	8.255.932
Amortização acumulada	(4.908.135)	(4.431.068)
Total do ativo intangível da concessão	3.823.047	3.824.864

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2020		8.972.766	(957.374)	8.015.392	(4.055.793)	3.959.599
Adições		3.481	-	3.481	(530.482)	(527.001)
Baixas		(140.906)	-	(140.906)	115.148	(25.758)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	47.730	47.730
Transferências do ativo contratual	10.1	358.763	(11.461)	347.302	-	347.302
Saldos em 30 de setembro de 2021		9.194.104	(968.835)	8.225.269	(4.423.397)	3.801.872
Saldos em 31 de dezembro de 2021		9.233.650	(977.718)	8.255.932	(4.431.068)	3.824.864
Adições		16.220	-	16.220	(596.063)	(579.843)
Baixas		(87.695)	-	(87.695)	69.179	(18.516)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	49.817	49.817
Transferências do ativo contratual	10.1	564.604	(17.879)	546.725	-	546.725
Saldos em 30 de setembro de 2022		9.726.779	(995.597)	8.731.182	(4.908.135)	3.823.047

11. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 29.1.1.

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
<u>Circulante</u>			
Itaipu		207.459	610.796
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		89.135	-
Suprimento de energia elétrica		743.987	773.827
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	27.1	4.086	4.004
Energia livre		70.911	65.121
Encargos de uso de rede elétrica		321.876	809.953
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	27.1	1.544	1.255
Total energia		1.438.998	2.264.956
Materiais e serviços		716.733	689.134
Materiais e serviços - partes relacionadas	27.1	209.852	120.579
Total Fornecedores		2.365.583	3.074.669

12. Outros tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar:

CIRCULANTE

	30.09.2022	31.12.2021
Imposto de renda	14.029	-
Contribuição social	5.054	-
Total	19.083	-

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros tributos a pagar:	30.09.2022	31.12.2021
Circulante		
Tributos Federais		
PIS	31.066	13.420
COFINS	144.725	62.221
INSS	12.829	11.885
IRRF	14.409	4.876
Outros	6.604	6.669
Subtotal - Federais	209.633	99.071
Tributos Estaduais		
ICMS	368.963	506.140
Subtotal - Estaduais	368.963	506.140
Tributos Municipais		
ISS	3.192	3.623
Subtotal - Municipais	3.192	3.623
Total - Outros tributos a pagar	581.788	608.834

13. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado, vide nota explicativa nº 29.1.1.

13.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			30.09.2022						Total Circulante + Não Circulante
Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	Circulante				Não Circulante			
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Total		
Moeda nacional									
FINEP 2 (i) - b.1	2024	TJLP+5,00	47	13.607	-	13.654	8.391	8.391	22.045
BNP 4131 IV (ii) - b.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	6.233	-	-	6.233	276.021	276.021	282.254
Total - Moeda nacional			6.280	13.607	-	19.887	284.412	284.412	304.299
Moeda estrangeira									
BNP 4131 II - b.2	2024	USD + 1,71% a.a.	237	-	-	237	237.306	237.306	237.543
BNP 4131 III -b.3	2024	USD + 1,97% a.a.	4.055	-	-	4.055	450.882	450.882	454.937
SCOTIABANK 4131 III – b.4	2025	USD + 2,31% a.a.	1.851	-	-	1.851	212.612	212.612	214.463
SCOTIABANK 4131 III – b.6	2026	USD + 2,61% a.a.	695	-	-	695	300.228	300.228	300.923
MUFG 4131 – b.7	2024	USD + 1,95% a.a.	252	-	-	252	208.516	208.516	208.768
SCOTIABANK 4131 IV – b.8	2025	USD + 2,37% a.a.	573	-	-	573	415.538	415.538	416.111
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD - a.1	2037	USD + 3,76% a.a.	425	-	-	425	129.066	129.066	129.491
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD - a.2	2037	USD + 3,61% a.a.	1.631	-	-	1.631	510.326	510.326	511.957
Total - Moeda estrangeira			9.719	-	-	9.719	2.464.474	2.464.474	2.474.193
Total - Empréstimos e financiamentos			15.999	13.607	-	29.606	2.748.886	2.748.886	2.778.492
Notas Promissórias									
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série) - b.9	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	1.184	10.000	-	11.184	-	-	11.184
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - b.9	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	36.139	305.000	(355)	340.784	-	-	340.784
Total - Notas promissórias			37.323	315.000	(355)	351.968	-	-	351.968
Total da Dívida			53.322	328.607	(355)	381.574	2.748.886	2.748.886	3.130.460

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31.12.2021								Total Circulante + Não Circulante
		Circulante				Não Circulante				
Venci- mento	Taxa efetiva a.a. (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
<u>Moeda nacional</u>										
FINEP 2 (i)	2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
BNP 4131 IV	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional			132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
<u>Moeda estrangeira</u>										
BNP 4131 II	2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
BNP 4131 III	2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
SCOTIABANK 4131 II	2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
SCOTIABANK 4131 III	2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
MUFG 4131	2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
SCOTIABANK 4131 IV	2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira			11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos			11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Notas Promissórias										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias			394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida			11.685	32.870	(509)	44.046	2.496.494	(170)	2.496.324	2.540.370

(i) FINPEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINPEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) Os contratos European Investment Bank (BEI) 26 MUSD, European Investment Bank (BEI) 104 MUSD e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 29.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: Para a FINPEP a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 33.428, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 0,65% a.a.; para a dívida do European Investment Bank (BEI) de USD 26.000 conta com garantia da Enel SpA com taxa de 0,52% a.a., e para a dívida do European Investment Bank (BEI) de USD 104.000 Enel SpA na modalidade SACE com taxa de 0,52% a.a.

13.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R\$ 134.654	setembro de 2022	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral à partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.2	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R\$ 538.616	setembro de 2022	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral à partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

a.1 Em 22 de junho de 2022 a Companhia fechou a proposta com o *European Investment Bank* (BEI) no montante de USD 26.000, com desembolso em 01 de setembro de 2022, a uma taxa de USD + 3,763% e vencimento em 01 de setembro de 2037. Na data de 17 de agosto de 2022, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

um SWAP com troca de USD + 3,763% para CDI + 0,01% a.a. O swap tem vigência com início em 01 de setembro de 2022 e vencimento em 01 de setembro de 2037.

a.2 Em 22 de junho de 2022 a Companhia fechou a proposta com o *European Investment Bank* (BEI) no montante de USD 104.000, com desembolso em 1 de setembro de 2022, a uma taxa de USD + 3,61% e vencimento em 01 de setembro de 2037. Na data de 17 de agosto de 2022, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de USD +3,61% para CDI - 0,18% a.a. O swap tem vigência com início em 01 de setembro de 2022 e vencimento em 01 de setembro de 2037.

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes em 30 de setembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301 R\$ 41.448	agosto de 2014 novembro de	TJLP - 1% TJLP - 1%	Mensal Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	abril de 2024 abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de
b.2	BNP 4131 II	R\$ 250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
b.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
b.4	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maior de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maio de 2025	Reforço de capital de giro
b.5	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a.	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
b.6	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
b.7	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
b.8	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
b.9	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMIÇÃO	R\$ 315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	R\$ 10.000 R\$ 305.000	outubro de 2022 abril de 2023	Reforço de capital de giro

b.1 Em 14 de outubro de 2014 foi contratado um empréstimo junto ao FINEP no valor de R\$ 96.749 com pagamento de juros e principal mensais à partir de 15 de abril de 2017 e vencimento em 15 de abril de 2024.

b.2 Em 5 de março de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 44.014, correspondente ao valor de R\$ 250.000 com desembolso em 9 de março de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,71%a.a. e vencimento final em 11 de março de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.3 Em 14 de abril de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 83.626, correspondente ao valor de R\$ 475.000 com desembolso em 19 de abril de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,97%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 0,98% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.4 Em 15 de maio de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 39.433, correspondente ao valor de R\$ 209.000 com desembolso em 17 de maio de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,31%a.a. e vencimento final em 20 de maio de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,25% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.5 Em 24 de junho de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda interna com o BNP Paribas no valor de R\$ 290.000 com desembolso em 30 de junho de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 8,41%a.a. e vencimento final em 28 de junho de 2024. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "taxa fixa" para CDI + 0,68% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.6 Em 19 de agosto de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 55.684, correspondente ao valor de R\$ 300.000 com desembolso em 27 de agosto de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,61%a.a. e vencimento final em 27 de agosto de 2026. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,63% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.7 Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o MUFG no valor de US\$ 38.674, correspondente ao valor de R\$ 200.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,95%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2024. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,28% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.8 Em 02 de setembro de 2021 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 77.071, correspondente ao valor de R\$ 400.000 com desembolso em 09 de setembro de 2021, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,37%a.a. e vencimento final em 09 de setembro de 2025. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à variação cambial, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI + 1,39% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

b.9 Em 06 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 7ª emissão de notas promissórias em três séries, no montante de R\$ 325.000, a uma taxa de CDI + 0,97% a.a. O vencimento da primeira série no montante de R\$ 10.000 ocorreu em 06 de abril de 2022, a segunda série no montante de R\$ 10.000 ocorrerá em 06 de outubro de 2023 e a terceira série no montante de 305.000 ocorrerá em 04 de abril de 2023.

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª	R\$ 10.000	06/10/2021	CDI + 0,97%	Bullet	Bullet	abril de 2022	Reforço de capital de giro
c.2	Enel BR I	R\$ 101.160	05/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
c.3	Enel BR II	R\$ 121.367	10/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
c.4	Enel BR III	R\$ 80.841	31/01/2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
c.5	Enel BR IV	R\$ 353.957	04/03/2022	CDI +1,20%	Bullet	Bullet	junho de 2022	Reforço de capital de giro

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	351.968	11%	330.728	13%
TJLP	22.045	1%	31.532	1%
Taxa fixa	282.254	9%	277.925	11%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.474.193	79%	1.900.185	75%
Total	3.130.460	100%	2.540.370	100%

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 29.1.1.

13.4 Em 30 de setembro de 2022, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Empréstimos e financiamentos	Total
2023	3.552	3.552
2024	1.177.564	1.177.564
2025	682.066	682.066
2026	354.144	354.144
2027	53.916	53.916
2028 em diante	477.644	477.644
	2.748.886	2.748.886

13.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	30.09.2022
	%
CDI ^(*)	13,65
SELIC ^(*)	13,65
TJLP ^(*)	7,20
IPCA ^(**)	8,73
Dólar ^(*)	5,41

(*) Índice do último dia do período.

(**) Índice acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2021	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 30.09.2022
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movi- mentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	31.532	-	(10.985)	(1.080)	122	1.063	-	-	-	1.393	22.045
BNP II	246.942	-	-	(3.942)	-	2.919	-	(8.376)	-	-	237.543
BNP 4131 III	468.547	-	-	(3.902)	-	6.352	-	(16.060)	-	-	454.937
SCOTIABANK 4131 II	220.681	-	-	(2.321)	-	3.529	-	(7.426)	-	-	214.463
BNP 4131 IV	277.925	-	-	(12.330)	-	18.495	(1.836)	-	-	-	282.254
SCOTIABANK 4131 III	313.580	-	-	(7.549)	-	5.611	-	(10.719)	-	-	300.923
MUFG 4131	217.146	-	-	(3.949)	-	2.938	-	(7.367)	-	-	208.768
SCOTIABANK 4131 IV	433.289	-	-	(9.523)	-	7.054	-	(14.709)	-	-	416.111
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	-	134.654	-	1	-	425	(11.116)	5.527	-	-	129.491
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	-	538.616	-	1	-	1.631	(50.400)	22.109	-	-	511.957
Total - Empréstimos e financiamentos	2.209.642	673.270	(10.985)	(44.594)	122	50.017	(63.352)	(37.021)	-	1.393	2.778.492
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	(101.160)	(4.171)	-	4.171	-	-	-	-	-
Enel BR II	-	121.367	(121.367)	(4.851)	-	4.851	-	-	-	-	-
Enel BR III	-	80.841	(80.841)	(2.721)	-	2.721	-	-	-	-	-
Enel BR IV	-	353.957	(353.957)	(10.748)	-	10.748	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos com partes relacionadas	-	657.325	(657.325)	(22.491)	-	22.491	-	-	-	-	-
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	(10.000)	(490)	-	293	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.197	-	-	-	-	987	-	-	-	-	11.184
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.335	-	-	-	-	30.126	-	-	449	(126)	340.784
Total - Notas Promissórias	330.729	-	(10.000)	(490)	-	31.406	-	-	449	(126)	351.968
Total da dívida	2.540.371	1.330.595	(678.310)	(67.575)	122	103.914	(63.352)	(37.021)	449	1.267	3.130.460

13.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

- (*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

- (**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (Viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

14. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 29.1.1.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

			30.09.2022							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante			
Debêntures	Venci-mento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - b.1	2023	112,85% do CDI	5.133	697.974	(998)	702.109	-	-	-	702.109
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - b.2	2025	100% do CDI+1,16%	36.565	-	-	36.565	700.000	(5.028)	694.972	731.537
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i) - b.2	2026	100% do IPCA+5,05%	14.932	-	-	14.932	919.355	(12.391)	906.964	921.896
Debêntures - 25ª Emissão (i) - b.3	2031	100% do IPCA+4,26%	15.664	-	-	15.664	745.657	(24.210)	721.447	737.111
Debêntures - 26ª Emissão - b.4	2028	100% do CDI+1,64%	40.714	-	-	40.714	575.000	(830)	574.170	614.884
Debêntures - 27ª Emissão (i) - a.1	2032	100% do CDI +	18.951	-	-	18.951	831.314	(26.161)	805.153	824.104
Total			131.959	697.974	(998)	828.935	3.771.326	(68.620)	3.702.706	4.531.641

			31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante			
Debêntures	Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%)(ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% do CDI	32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% do CDI+1,16%	8.150	-	-	8.150	700.000	(6.634)	693.366	701.516
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	2026	100% do IPCA+5,05%	4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
Debêntures - 25ª Emissão	2031	100% do IPCA+4,26%	6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
Debêntures - 26ª Emissão	2028	100% do CDI+1,64%	12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total			65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786

- (i) Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 29.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A.

14.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a. 1	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO	R\$ 800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666 266.666	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

a.1 Em 05 de abril de 2022 a Companhia fechou a proposta da 27ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de 800.000, com desembolso em 12 de maio de 2022, a uma taxa de IPCA + 6,1385% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2032. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 6,1385% a.a. para CDI + 0,82% a.a. O swap tem vigência com início em 12 de maio de 2022 e vencimento em 15 de abril de 2032.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes em 30 de setembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	23ª EMISSÃO (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
b.2	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	maio de 2026	
b.3	DEBÊNTURES	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060 245.059 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.4	DEBÊNTURES	R\$ 575.000	Outubro de	CDI + 1,64%	Anual	287.500 287.500	outubro de 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro

b.1 Em 13 de setembro de 2018 ocorreu a 23ª emissão de debêntures simples, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos no valor de 1.395.948, com desembolso em 13 de setembro de 2018, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 13 de setembro de 2023.

b.2 Em 28 de junho de 2019 ocorreu a 24ª emissão de debêntures simples, em 2 séries, para distribuição pública com esforços restritos no valor de 1.500.000, com desembolso em 28 de junho de 2019, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 15 de maio de 2026. Para a 2ª série, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,0134% a.a. para CDI + 0,72% a.a. O swap tem vigência com início em 26 de junho de 2019 e vencimento em 15 de maio de 2026.

b.3 Em 19 de março de 2021 a Companhia fechou a proposta da 25ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 720.000, com desembolso em 30 de abril de 2021, a uma taxa de IPCA + 4,26% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2031. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 4,26% a.a. para CDI + 0,93% a.a. O swap tem vigência com início em 30 de abril de 2021 e vencimento em 15 de abril de 2031.

b.4 Em 04 de outubro de 2021 a Companhia realizou a 26ª emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de R\$ 575.000, a uma taxa de CDI + 1,64% a.a. e vencimento em 04 de outubro de 2028.

14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.048.530	11,24	2.714.712	63%
IPCA	2.483.111	0,00	1.623.074	37%
Total	4.531.641	100	4.337.786	100%

14.4 Em 30 de setembro de 2022, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2023	-	(3.601)	(3.601)
2024	350.000	(14.036)	335.964
2025	350.000	(12.307)	337.693
2026	919.355	(8.286)	911.069
2027	287.500	(6.404)	281.096
2028 em diante	1.864.471	(23.986)	1.840.485
	3.771.326	(68.620)	3.702.706

14.5 Movimentações das debêntures:

	Efeito caixa			Efeito não caixa						
Saldo inicial	Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Custos de transações	Saldo final
31.12.2021	Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
Debêntures:										
Debêntures - 23ª emissão	1.426.401	-	(697.974)	(158.866)	-	131.035	-	1.513	-	702.109
Debêntures - 24ª emissão 1ª serie	701.516	-	-	(37.220)	-	65.635	-	1.606	-	731.537
Debêntures - 24ª emissão 2ª serie	893.523	-	-	(19.303)	41.591	29.395	(25.480)	2.170	-	921.896
Debêntures - 25ª emissão	729.550	-	-	(16.866)	34.343	25.713	(37.744)	2.115	-	737.111
Debêntures - 26ª Emissão	586.795	-	-	(29.889)	-	57.981	-	101	(104)	614.884
Debêntures - 27ª Emissão -	-	800.000	-	-	295	18.951	31.019	910	(27.071)	824.104
Total - Debêntures	4.337.785	800.000	(697.974)	(262.144)	76.229	328.710	(32.205)	8.415	(27.175)	4.531.641

15. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Obrigações por arrendamentos	30.09.2022	31.12.2021	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros a.a.
Veículos e outros meios de transporte	77.476	102.370	01/02/2027	28	Mensal	de 4,65% até 11,32%
Ativos de tecnologia	-	3.284	n/a	n/a	n/a	n/a
Imóveis	62.249	171.255	05/06/2031	23	Mensal	de 7,41% até 20,01%
Terrenos	1.814	3.153	01/01/2024	15	Mensal	de 7,82% até 10,32%
Total	141.539	280.062		66		
Circulante	38.313	50.327				
Não circulante	103.226	229.735				
Total	141.539	280.062				

Em 30 de setembro de 2022, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	30.09.2022		Total
	Principal	Juros	
Até um ano - 2022	54.038	(15.725)	38.313
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	147.115	(43.889)	103.226
Até 2 anos - 2024	33.912	(12.807)	21.105
Até 3 anos - 2025	29.990	(10.379)	19.611
2026 em diante	83.213	(20.703)	62.510
Total circulante e não circulante	201.153	(59.614)	141.539

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

Ativos de direito de uso	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.853	12.630	89.519	3.963	178.965
Remensuração	(9.040)	-	-	-	(9.040)
Amortizações	(12.086)	(8.831)	(14.363)	(1.031)	(36.311)
Saldos em 30 de setembro de 2021	51.727	3.799	75.156	2.932	133.614
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.138	2.375	97.248	2.588	263.349
Remensuração	(101.607)	(50.727)	(294)	-	(152.628)
Amortizações	4.203	48.353	(28.293)	(1.031)	23.232
Saldos em 30 de setembro de 2022	63.734	1	68.661	1.557	133.953

Obrigações por arrendamentos

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 30.09.2022
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	
			Amortização de principal	Pagamento de juros	
280.062	(90.297)	9.771	(39.560)	(18.437)	141.539
280.062	(90.297)	9.771	(39.560)	(18.437)	141.539

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 30.09.2021
	Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento	Atividade operacional	
			Amortização de principal	Pagamento de juros	
209.974	(9.040)	12.207	(43.240)	(12.207)	157.694
209.974	(9.040)	12.207	(43.240)	(12.207)	157.694

16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.09.2022	31.12.2021
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	6.619.487	6.569.132
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	102.528	97.374
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	102.528	97.374
Total obrigações com benefícios pós-emprego	6.722.015	6.666.506
Circulante	10.871	11.834
Não circulante	6.711.144	6.654.672
Total	6.722.015	6.666.506

16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Fundação Cesp ("Vivest") é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Fundação Cesp ("Vivest") administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensas as contribuições e os pagamentos de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp ("Vivest") ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Fundação Cesp ("Vivest") submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. No encerramento do 3º trimestre de 2022, a PREVIC não havia concluído a sua avaliação.

16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp ("Vivest") a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Fundação Cesp ("Vivest") para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.09.2022	31.12.2021
Confissão de dívida Ila	410.051	417.394
Confissão de dívida I Ib	212.843	216.654
Contrato de ajustes de reserva matemática	5.946.934	4.255.627
Total dos contratos	6.569.828	4.889.675
Diferença entre premissas	49.659	1.679.459
Total registrado	6.619.487	6.569.134

Detalhes referentes aos contratos com a Vivest podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1. das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada com auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2022, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2022, ocasionou um aumento de R\$ 318.208 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2022	30.09.2021
Saldo inicial	6.666.506	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	4.446	5.318
Juros líquidos conforme laudo atuarial	445.464	351.548
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(712.609)	(570.001)
Transferência para dívida financeira	-	(30.046)
Ajustes de avaliação atuarial	318.208	(1.446.998)
Saldo final	6.722.015	5.006.973

(b) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres findos em:

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Capitalização para infraestrutura em construção	(310)	(1.089)	(479)	(1.145)
Outras contribuições - Contribuição definida	1.898	5.736	1.788	5.579
Receitas (despesas) no exercício com entidade de previdência privada	1.588	4.647	1.309	4.434
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(2.964)	-	1.584	5.318
Despesas nos trimestres e semestres com benefícios pós-emprego	(1.376)	4.647	2.893	9.752
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	331.136	993.404	256.267	757.593
Rendimento esperado dos ativos do plano	(182.647)	(547.940)	(135.349)	(406.045)
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	148.489	445.464	120.918	351.548
Total das Receitas (despesas) nos períodos	147.113	450.111	123.811	361.300

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	30.09.2022	31.12.2021
Depósitos judiciais - processos prováveis	298.023	296.583
Depósitos judiciais - processos possíveis	567.911	523.312
Depósitos judiciais - processos remotos	26.893	32.077
	892.827	851.972

17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2021	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.09.2022	Depósitos vinculados 30.09.2022	Depósitos vinculados 31.12.2021
Processos trabalhistas (a)	303.668	29.968	20.708	(42.681)	(5.133)	306.530	106.069	116.401
Processos cíveis (b)	257.315	78.791	36.675	(31.202)	(33.175)	308.404	10.921	10.709
Processos regulatórios (c)	131.168	-	8.242	-	(19.156)	120.254	-	-
Processos fiscais (d)	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	159.535	-	10.809	-	-	170.344	180.282	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	176.245	11.328	12.275	-	-	199.848	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	4.410	78	195	(232)	(1)	4.450	751	715
Processos ambientais (e)	5.126	1.401	262	(1.401)	-	5.388	-	-
Outros processos	8.751	-	17	-	-	8.768	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.046.218	121.566	89.183	(75.516)	(57.465)	1.123.986	298.023	296.583
Outras provisões (f)	34.417	-	-	(13.674)	-	20.743	-	-
Total	1.080.635	121.566	89.183	(89.190)	(57.465)	1.144.729	-	-
Circulante	186.090	-	-	-	-	186.156	-	-
Não circulante	894.545	-	-	-	-	958.573	-	-
Total	1.080.635	-	-	-	-	1.144.729	-	-

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo						Ativo	
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final	Depósitos vinculados 30.09.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
	31.12.2020					30.09.2021		
Processos trabalhistas	325.989	26.706	12.850	(50.835)	(11.875)	302.738	127.241	139.049
Processos cíveis	241.378	59.323	31.954	(49.305)	(31.091)	252.356	11.173	7.352
Processos regulatórios	129.612	-	3.379	-	(3.903)	129.088	-	-
Processos fiscais								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	145.211	1.634	10.851	-	-	157.696	161.254	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	71.328	-	779	-	-	72.107	-	-
Outros processos fiscais	3.990	141	151	(69)	(67)	4.144	5.584	561
Processos ambientais	4.721	1.665	281	(1.665)	-	5.001	-	-
Outros processos	8.744	211	4	(211)	-	8.748	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	89.680	60.249	(102.085)	(46.936)	931.878	305.252	299.703
Outras provisões	-	92.290	-	(43.564)	-	48.725	-	-
Total	930.973	181.970	60.249	(145.649)	(46.936)	980.603	-	-
Circulante	168.917					166.063		
Não circulante	762.056					814.540		
Total	930.973					980.603		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 971 processos (842 em 31 de dezembro de 2021), compostos por processos de natureza trabalhista, previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 10 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2021) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 no âmbito judicial e 5 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 04/05/2020	20.200	9.935
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 30/09/2020	15.446	7.262
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	30.762	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.924	33.861
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável em 08/10/2021	19.157	54.994
Total				89.489	106.052

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 30 de junho de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida em maio de 2020, sobre o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial de R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

Com relação ao AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 03 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 nosso recurso (Agravo Interno) foi rejeitado. Estamos aguardando o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela Enel.

AI nº 001/2016 – Em agosto de 2018, a Companhia ajuizou ação objetivando a integral anulação do Auto de Infração 001/2016, em razão de vícios de nulidade no procedimento sancionatório movido pela ANEEL. Em 08 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e revogando a liminar anteriormente concedida que suspendia a exigibilidade do cumprimento das determinações impostas, bem como o pagamento da multa aplicada, no valor estimado de R\$ 69.862. Em sede de recurso de apelação foram reestabelecidos os efeitos da liminar. Aguarda-se o julgamento do mérito do recurso.

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 106.052 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Maior de 2022	-	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.433	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	12.920	2.718
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	12.322	3.079
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado	Aguardando decisão	-	95.872
Outros				2.092	-
Total				30.767	101.669

Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu o Auto de Infração - AI nº 12/2022 sobre Qualidade do Fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. Entretanto, no dia 3 de agosto de 2022 foi apresentado interposição de recurso, e aguarda manifestação da ANEEL. Para o referido AI, nenhum montante foi provisionado.

O montante de R\$ 5.797 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

d) Processos fiscais:

- d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

f) Outras provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Valor estimado da contingência	
	30.09.2022	31.12.2021
<u>Processos cíveis</u>	1.134.321	792.502
Processos cíveis diversos	1.134.321	792.502
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
<u>Processos regulatórios</u>	2.001.506	1.794.861
Devolução tarifária - Base Blindada	1.373.131	1.287.962
Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	198.292	190.117
Autos de infração - Indicadores de continuidade	201.925	101.123
Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	98.123	94.187
Autuações PECLD - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	98.815	89.654
Outros processos regulatórios	31.220	31.818
<u>Processos fiscais</u>	3.764.148	3.609.819
CSLL - base negativa	160.817	155.845
(b.1) Execuções fiscais municipais - diversas	71.668	96.004
PIS - Estatuto da decadência	250.537	245.748
COFINS - anistia	166.484	163.630
COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	202.032	193.886
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	180.557	175.568
PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	684.369	667.059
FINSOCIAL	239.346	230.448
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	169.639	162.568
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	163.858	156.002
Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	209.544	181.192
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	76.238	71.397
Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	270.642	252.169
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	47.005	43.228
IRPJ/CSLL - Goodwill	746.657	692.614
Outros processos fiscais	53.969	51.675
<u>Processos trabalhistas (a)</u>	840.924	948.584
(a.1) Ações de periculosidade - Sede barueri	-	139.733
(a.2) Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	120.051	116.665
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	61.203	65.116
Contribuição Previdenciária - SAT	48.655	11.381
Outros processos trabalhistas	611.015	615.689

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Processos trabalhistas:

- (a.1) **Ações de periculosidade – Sede Barueri:** Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Em 07 de abril de 2022 o processo transitou em julgado (decisão final), mantendo a decisão favorável à empresa.

(a) Processos fiscais

(b.1) Execuções Fiscais municipais – diversas

A Companhia obteve decisão final reduzindo o valor do débito em R\$ 40.000 em uma execução fiscal que discutia ISS no Município de São Bernardo do Campo.

18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	190.378	164.013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	2.773	3.307
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.386	1.653
Eficiência energética	18.1	273.871	278.526
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		46.576	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.630	2.362
Outros encargos		62	62
Total		517.676	496.308
NÃO CIRCULANTE			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	113.727	102.319
Total		113.727	102.319

- 18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados, a Companhia efetuou o pagamento da 4ª parcela em junho de 2022, no montante de R\$ 394.640.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	342.965
Junho de 2024	2ª - Advogados	40.909	56.121
			399.086

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possui dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1.624 – mais informações vide nota explicativa nº 29.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2022 o total compensado de R\$ 2.156.063 (R\$ 1.239.236 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	7	1.026.300	814.140
<u>Ativo não circulante</u>	7	4.249.154	5.117.610
Total Ativo		5.275.454	5.931.750
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		1.026.300	814.140
<u>Passivo não circulante</u>		6.374.515	6.326.144
Total Passivo		7.400.815	7.140.284
		30.09.2022	30.09.2021
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	-	(127.376)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	-	127.376
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		260.532	114.958
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(260.532)	(114.958)
Efeito líquido no resultado antes de IRCS		-	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2021	6.889.081	7.310.524
Adições	127.376	127.376
Atualização	114.958	114.958
Compensações	(466.199)	-
Saldo em 30.09.2021	6.665.216	7.552.858
Saldo em 31.12.2021	5.931.750	7.140.284
Atualização	260.531	260.531
Compensações	(916.827)	-
Saldo em 30.09.2022	5.275.454	7.400.815

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 (R\$ 3.079.525 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

21.2 Composição acionária

	30.09.2022		31.12.2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista:				
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
Total das ações ordinárias em poder dos acionistas	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

21.3 Reservas de capital

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Reserva especial - gerada por incorporações	26	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 26.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Ajuste de avaliação patrimonial		953.245	1.026.771
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(324.104)	(349.103)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		629.141	677.668
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.456.643)	(7.133.617)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		22.985	18.168
Outros resultados abrangentes - derivativo	29	(172.253)	(28.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.586.010	2.428.871
Outros resultados abrangentes, líquido		(5.019.901)	(4.714.863)
Total registrado no patrimônio líquido		(4.390.760)	(4.037.195)

21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2021

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 18 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 1.141.433 acrescido do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 67.804 e tendo em vista que o saldo de reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, resultando em lucro líquido ajustado de R\$ 1.209.238, que será destinado da seguinte forma: (i) Juros sobre capital próprio - JSCP imputáveis ao dividendo obrigatório no montante de R\$ 241.000 (conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2021); (ii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 97.459; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 870.778; sendo os itens (ii) e (iii) pagos até 31 de dezembro de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 90.000, cujo pagamento ocorrerá até 30 de dezembro de 2022, sendo observados os limites estabelecidos no art.9º da Lei 9.249/95.

22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021:

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Numerador:				
Lucro líquido do período	277.452	869.681	353.597	700.340
Denominador (em milhares de ações):				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.467	197.467
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	1,40506	4,40418	1,79067	3,54662

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve movimentação de ações nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

23. Receita operacional líquida

Nos trimestres:

	01.07.2022 a 30.09.2022			01.07.2021 a 30.09.2021		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Transferência para atividades de distribuição						
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.302.270	4.157.386	3.189.238	7.088.675	4.162.182	3.563.419
Industrial	25.003	516.895	371.005	25.138	552.121	414.679
Comercial	415.970	1.957.719	1.534.025	399.281	1.864.259	1.517.921
Rural	591	7.953	2.899	573	7.731	2.760
Poder público	16.050	261.892	175.406	15.509	237.810	167.036
Iluminação pública	1.166	19.092	11.268	2.337	165.774	83.326
Serviço público	1.415	98.083	61.981	1.405	99.559	67.018
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.951.431)	-	-	(2.439.093)
Subtotal - fornecimento	7.762.465	7.019.020	2.394.391	7.532.918	7.089.437	3.377.066
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	170.613	-	-	259.605
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	-	1.776.080
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	-	(1.776.080)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.951.431	-	-	2.439.093
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	3.173	3.128.392	669.073	2.723	2.987.575	503.118
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(13.958)	-	-	(12.697)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	605.181	41.907	-	1.326.959	247.172
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	8.191	-	-	177.043
Receita de construção	-	-	571.346	-	-	389.177
Aluguel de poste	-	-	52.464	-	-	43.607
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	-	22.467
Outras receitas	-	-	12.947	-	-	11.237
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.765.638	10.752.593	6.858.405	7.535.641	11.403.971	7.456.888
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	209.339	-	-	126.314
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	322.239	-	-	1.854.455
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	(46.969)	-	-	165.231
Total outras receitas	-	-	484.609	-	-	2.146.000
Receita operacional bruta	7.765.638	10.752.593	7.343.014	7.535.641	11.403.971	9.602.888
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(42.451)	-	-	(56.509)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(920.174)	-	-	(637.029)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(43.327)	-	-	(27.904)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	4.748	-	-	(778.092)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.888)	-	-	(7.086)
ICMS	-	-	(978.567)	-	-	(1.197.396)
COFINS - corrente	-	-	(447.944)	-	-	(526.791)
PIS - corrente	-	-	(97.203)	-	-	(114.372)
ISS	-	-	(80)	-	-	(37)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.532.886)	-	-	(3.345.216)
Receita operacional líquida	7.765.638	10.752.593	4.810.128	7.535.641	11.403.971	6.257.672

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos períodos de nove meses:

Nota	01.01.2022 a 30.09.2022			01.01.2021 a 30.09.2021		
	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Nº. unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	7.302.270	12.331.634	10.264.529	7.088.675	12.554.515	9.540.681
Industrial	25.003	1.530.082	1.194.422	25.138	1.633.895	1.112.795
Comercial	415.970	6.093.123	5.073.269	399.281	5.860.523	4.234.140
Rural	591	24.108	8.800	573	23.390	7.424
Poder público	16.050	807.977	579.103	15.509	719.826	449.625
Iluminação pública	1.166	263.755	146.075	2.337	548.993	237.823
Serviço público	1.415	283.013	197.550	1.405	288.257	173.217
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(8.000.601)	-	-	(7.228.314)
Subtotal - fornecimento	7.762.465	21.333.692	9.463.147	7.532.918	21.629.398	8.527.391
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Não faturado	-	-	23.413	-	-	324.407
PIS/COFINS consumidores a restituir	20	-	-	-	-	(127.376)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	-	-	-	127.376
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	8.000.601	-	-	7.228.314
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	3.173	9.525.929	1.764.531	2.723	9.007.750	1.536.468
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(56.236)	-	-	(53.627)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	1.324.051	69.070	-	1.326.959	247.172
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	22.268	-	-	323.811
Receita de construção	-	-	1.326.975	-	-	1.028.876
Aluguel de poste	-	-	143.297	-	-	125.315
Receitas com partes relacionadas	27	-	83	-	-	22.624
Outras receitas	-	-	39.026	-	-	31.238
Total receitas - originadas de contratos com clientes	7.765.638	32.183.672	20.796.175	7.535.641	31.964.107	19.341.989
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	467.457	-	-	377.260
Ativo e passivo financeiro setorial	9	-	1.398.298	-	-	2.842.549
Atualização do ativo financeiro da concessão	10	-	291.465	-	-	368.888
Total outras receitas	-	-	2.157.220	-	-	3.588.697
Receita operacional bruta	7.765.638	32.183.672	22.953.395	7.535.641	31.964.107	22.930.686
Deduções da receita operacional bruta						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(119.576)	-	-	(134.045)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(2.798.395)	-	-	(1.820.069)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(104.408)	-	-	(76.845)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(1.123.108)	-	-	(1.147.584)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(22.061)	-	-	(17.040)
ICMS	-	-	(3.451.586)	-	-	(3.272.945)
COFINS - corrente	-	-	(1.309.650)	-	-	(1.282.392)
PIS - corrente	-	-	(352.810)	-	-	(278.342)
ISS	-	-	(261)	-	-	(110)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(9.281.855)	-	-	(8.029.372)
Receita operacional líquida	7.765.638	32.183.672	13.671.540	7.535.641	31.964.107	14.901.314

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nos trimestres:

		01.07.2022 a 30.09.2022				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(2.052.863)	-	-	-	(2.052.863)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(700.476)	-	-	-	(700.476)
Pessoal e administradores		(107.105)	-	(24.794)	-	(131.899)
Entidade de previdência privada	16	(1.272)	-	(315)	-	(1.587)
Serviços de terceiros		(182.369)	-	(45.118)	-	(227.487)
Material		16.866	-	(34)	-	16.832
Custo de construção	23	(571.346)	-	-	-	(571.346)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(94.035)	-	-	(94.035)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(59.014)	-	-	(59.014)
Provisão para processos judiciais e outros	17	(270)	-	(21.710)	-	(21.980)
Depreciação e amortização	10	(149.841)	-	(43.843)	-	(193.684)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	24.2	(308)	-	-	31.370	31.062
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(52.272)	-	-	14.515	(37.757)
Total		(3.801.256)	(153.049)	(135.814)	45.885	(4.044.234)

01.07.2021 a 30.09.2021					
Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(3.683.284)	-	-	-	(3.683.284)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1 (614.861)	-	-	-	(614.861)
Pessoal e Administradores	(67.419)	-	(42.402)	-	(109.821)
Entidade de previdência privada	16 (1.097)	-	(212)	-	(1.309)
Serviços de terceiros	(184.221)	-	(59.581)	-	(243.802)
Material	(14.971)	-	(316)	-	(15.287)
Custo de construção	23 (389.177)	-	-	-	(389.177)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6 -	(206.395)	-	-	(206.395)
Perda de recebíveis de clientes	6 -	(55.804)	-	-	(55.804)
Provisão para processos judiciais e outros	17 (373)	-	(13.609)	-	(13.982)
Depreciação e amortização	10 (137.737)	-	(25.905)	-	(163.641)
Receita de multas por impontualidade de clientes	24.2 (8.098)	-	-	32.600	24.502
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2 (67.242)	-	-	9.083	(58.159)
Total	(5.168.480)	(262.199)	(142.024)	41.683	(5.531.020)

Nos períodos de nove meses:

		01.01.2022 a 30.09.2022				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(5.788.676)	-	-	-	(5.788.676)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(2.157.930)	-	-	-	(2.157.930)
Pessoal e administradores		(323.280)	-	(87.276)	-	(410.556)
Entidade de previdência privada	16	(3.684)	-	(963)	-	(4.647)
Serviços de terceiros		(558.495)	-	(163.085)	-	(721.580)
Material		(4.070)	-	1.216	-	(2.854)
Custo de construção	23	(1.326.975)	-	-	-	(1.326.975)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(273.174)	-	-	(273.174)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(144.893)	-	-	(144.893)
Provisão para processos judiciais e outros	17	(6.836)	-	(54.184)	-	(61.020)
Depreciação e amortização	10	(429.372)	-	(132.938)	-	(562.310)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	24.2	(2.829)	-	-	109.063	106.234
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(149.078)	-	-	36.200	(112.878)
Total		(10.751.225)	(418.067)	(437.230)	145.263	(11.461.259)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		01.01.2021 a 30.09.2021				
	Nota	Custos dos Serviços	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	(7.964.225)	-	-	-	(7.964.225)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1	(1.999.022)	-	-	-	(1.999.022)
Pessoal e Administradores		(420.281)	-	(91.716)	-	(511.997)
Entidade de previdência privada	16	(3.632)	-	(802)	-	(4.434)
Serviços de terceiros		(520.627)	-	(156.366)	-	(676.993)
Material		(43.675)	-	(433)	-	(44.108)
Custo de construção	23	(1.028.876)	-	-	-	(1.028.876)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	(229.481)	-	-	(229.481)
Perda de recebíveis de clientes	6	-	(187.349)	-	-	(187.349)
Provisão para processos judiciais e outros	17	(6.189)	-	(34.920)	-	(41.109)
Depreciação e amortização	10	(402.562)	-	(84.147)	-	(486.708)
Receita de multas por impontualidade de clientes	24.2	(11.376)	-	-	93.946	82.570
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(177.413)	-	-	29.232	(148.181)
Total		(12.577.878)	(416.830)	(368.383)	123.178	(13.239.913)

24.1 Custo do serviço de energia elétrica

		MWh (*)		R\$			
	Nota	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Energia elétrica comprada para revenda:							
Itaipu		5.626.583	5.810.621	(591.437)	(1.650.176)	(715.887)	(2.047.289)
ANGRA 1 e 2		813.414	1.106.266	-	-	(85.110)	(255.635)
Compra - CCEE		-	-	-	-	-	-
Compra - CCEAR		-	13.099.357	(1.546.106)	(4.397.603)	(1.362.299)	(3.399.704)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	29.1	142.591	145.677	(11.704)	(32.940)	(10.590)	(30.342)
Quotas de garantia física		5.704.810	7.277.658	-	-	(295.521)	(831.816)
Risco hidrológico		15.026.403	-	-	-	(1.569.086)	(2.059.024)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	(343)	62.984	67.015	96.365
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	193.255	544.217	352.225	762.181
Subtotal		27.313.801	27.439.578	(1.956.335)	(5.473.518)	(3.619.253)	(7.765.264)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA			531.145	(96.528)	(315.158)	(64.031)	(198.961)
Total		27.313.801	27.970.724	(2.052.863)	(5.788.676)	(3.683.284)	(7.964.225)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:

	Nota	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:					
Uso da rede básica		(502.539)	(1.361.138)	(374.804)	(1.232.820)
Uso da rede básica - partes relacionadas	29.1	(4.637)	(13.072)	(3.912)	(10.664)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(164.612)	(739.871)	(351.742)	(871.961)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-	-	-	18.189
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(58.295)	(153.532)	130.229	168.536
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		-	-	(40.067)	(165.915)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(10.569)	(25.557)	(8.358)	(21.276)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(3.191)	(9.596)	(3.062)	(9.096)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(28.032)	(75.118)	(25.817)	(77.737)
(-) Créditos de PIS/COFINS		71.399	219.954	62.672	203.722
Total		(700.476)	(2.157.930)	(614.861)	(1.999.022)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos		(617)	1.457	1.105	2.149
Arrendamentos e aluguéis		1.366	3.957	731	706
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	29.1	780	141	1.575	1.575
Seguros		(780)	(141)	(296)	(1.575)
Tributos		(18.163)	(42.170)	(14.403)	(34.574)
Doações, contribuições e patrocínios		(1.126)	(3.041)	(1.202)	(3.565)
Tarifa bancária		(14.262)	(42.697)	(13.915)	(40.554)
Publicidade		(29)	(383)	-	(17)
Perdas na desativação de bens e direitos		53	(3.538)	202	(4.062)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(6.386)	(17.613)	(7.429)	(20.366)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(1.685)	(15.872)	(13.573)	(22.007)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(2.409)	(8.296)	(2.069)	(7.033)
Despesas Indedutíveis		(546)	(1.262)	(2.129)	(3.292)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		31.462	109.290	32.646	94.463
Penalidades - devoluções a consumidores		(2.295)	(3.345)	(2.074)	(6.043)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(400)	(3.056)	(8.144)	(11.893)
Taxa de contribuição CCEE		(847)	(2.566)	86	-
Outros		9.189	22.491	(4.766)	(9.521)
Total		(6.695)	(6.644)	(33.655)	(65.609)

25. Resultado financeiro

	Nota	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		18.966	46.376	7.022	14.688
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	25.1	10.648	56.481	22.208	118.878
Subvenções governamentais		416	1.393	622	1.982
Atualização de créditos tributários	7	4.128	5.029	1.276	1.548
Atualização monetária dos depósitos judiciais		21.492	56.472	9.305	19.506
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	9	4.297	247.434	17.399	35.714
Variação monetária Swap - Debêntures		(38.207)	-	38.452	87.179
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		63.978	126.575	46.396	108.051
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		-	-	(1.529)	2.476
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		3.805	7.694	-	338
Outras receitas financeiras		5.688	14.034	5.784	21.650
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(2.652)	(9.048)	(1.777)	(8.005)
Subtotal		92.559	552.440	145.158	404.005
Despesas financeiras					
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(160.135)	(441.487)	(70.890)	(162.217)
Variação monetária - Debêntures		21.266	(76.230)	(39.061)	(87.783)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		-	-	34.619	-
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(102.310)	(198.191)	(15.965)	(25.083)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(3.848)	(9.771)	(3.637)	(12.207)
Subvenções governamentais		(417)	(1.394)	(621)	(1.982)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(4.554)	(14.169)	(1.671)	(6.044)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	(18.432)	(8.346)	7.816	13.604
Cartas de fiança e seguros garantia		(7.640)	(39.415)	(9.123)	(24.480)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(24.191)	(89.183)	(13.971)	(52.244)
Atualização monetária - energia livre		(2.272)	(5.790)	(773)	(1.564)
Atualização acordo Eletrobras		(13.862)	(54.814)	(10.577)	(28.229)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16	(148.489)	(445.464)	(117.184)	(351.548)
Comissão de fiança - partes relacionadas	27	(649)	(2.131)	(3.405)	(5.545)
Outras despesas financeiras		23.981	(17.689)	(10.965)	(39.574)
Variação monetária - Empréstimos		(60)	(122)	455	(67.327)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos		(41.420)	(139.443)	(73.467)	(143.379)
Subtotal		(483.032)	(1.543.639)	(328.420)	(995.602)
Variações cambiais, líquidas					
Variações cambiais - Empréstimos		(83.562)	37.017	(135.224)	(68.993)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		83.559	(37.025)	135.224	68.980
Variações cambiais - outras		(2.046)	417	(440)	546
Subtotal		(2.049)	409	(440)	533
Total do resultado financeiro		(392.522)	(990.790)	(183.702)	(591.064)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

26. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Nos trimestres:

	01.07.2022 a 30.09.2022		01.07.2021 a 30.09.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(41.489)	(15.347)	(54.998)	(20.316)
Diferidos	(28.726)	(10.358)	(83.852)	(30.187)
Total	(70.215)	(25.705)	(138.850)	(50.503)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	373.372	373.372	542.952	542.952
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(90.000)	(90.000)	-	-
Doações	198	198	520	520
Gratificação a administradores	317	317	424	424
Perdas indedutíveis no contas a receber	712	712	2.608	2.608
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	-	-
Multas indedutíveis	171	171	12.440	12.441
Despesas indedutíveis	546	546	2.130	2.130
Salário maternidade e paternidade	113	113	77	77
Total das adições	(87.943)	(87.943)	18.199	18.200
Base de cálculo	285.429	285.429	561.151	561.152
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(71.357)	(25.688)	(140.286)	(50.503)
Incentivos	1.136	-	1.430	-
Compensação de base de cálculo	6	-	6	-
Total da despesa com tributos	(70.215)	(25.705)	(138.850)	(50.503)
Alíquota efetiva	18,8%	6,9%	25,6%	9,3%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos períodos de nove meses:

	01.01.2022 a 30.09.2022		01.01.2021 a 30.09.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(116.883)	(43.195)	(79.045)	(29.282)
Diferidos	(139.509)	(50.223)	(192.404)	(69.266)
Total	(256.392)	(93.418)	(271.449)	(98.548)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	1.219.491	1.219.491	1.070.337	1.070.337
Adições:				
Juros sobre capital próprio	(190.000)	(190.000)	-	-
Doações	1.498	1.498	1.025	1.025
Gratificação a administradores	1.411	1.411	(78)	(78)
Perdas indedutíveis no contas a receber	3.494	3.494	6.472	6.472
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	-	-
Multas indedutíveis	462	462	13.604	13.604
Despesas indedutíveis	1.262	1.262	3.292	3.292
Salário maternidade e paternidade	365	365	324	324
Total das adições	(181.508)	(181.508)	24.639	24.639
Base de cálculo	1.037.983	1.037.983	1.094.976	1.094.976
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(259.496)	(93.418)	(273.744)	(98.548)
Incentivos	3.387	-	2.277	-
Compensação de base de cálculo	12	-	18	-
IRPJ_CSLL sobre Selic dos indêbitos	(295)	-	-	-
Total da despesa com tributos	(256.392)	(93.418)	(271.449)	(98.548)
Alíquota efetiva	21,0%	7,7%	25,4%	9,2%

26.1 Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

26.1.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	30.09.2022	31.12.2021
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.604.097	2.571.618
Benefício fiscal das incorporações	1.883.594	1.937.338
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos	4.487.691	4.508.956

26.1.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balanco patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021	30.09.2022	30.09.2021
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.111.208	2.090.193	(87.175)	(111.210)	108.191	(488.392)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	329.092	306.523	22.569	302	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.013.249	886.546	126.702	50.406	-	-
Provisão para materiais e serviços	86.214	64.814	21.400	33.133	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	841.873	828.002	13.872	(63.410)	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	-	-	(62.080)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	40.393	45.662	(5.269)	(5.269)	-	-
Provisão para o fundo de transição	-	-	-	17.746	-	-
Provisão FGTS - PIA programa incentivo à aposentadoria (multa 40%)	41.912	47.515	(5.603)	2.379	-	(3.587)
Arrendamento mercantil CPC 06	2.579	4.228	(1.648)	4.450	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	-	-	-	470
Outros	74.246	32.011	(6.716)	(13.316)	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	4.540.766	4.305.494	78.132	(146.868)	108.191	(491.510)
Tributos diferidos passivos:						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(324.103)	(349.103)	24.999	26.438	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(681.796)	(582.698)	(99.098)	(125.422)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(65.371)	(48.409)	(16.962)	(2.738)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	12.172	-	-	-
Swap	(11.192)	(23.364)	(122.580)	40.900	48.949	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(828.492)	(705.913)	(1.325)	-	-	-
Outros	(25.715)	(24.390)	-	(239)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(1.936.669)	(1.733.877)	(202.793)	(61.061)	48.949	-
Ativo fiscal diferido, líquido	2.604.097	2.571.618	(124.661)	(207.929)	157.140	(491.510)
Juros mora (a)	-	-	(11.328)	-	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações			(53.743)	(53.743)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social			(189.732)	(261.672)		

- a) O imposto de renda e contribuição social diferido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, nos montantes de R\$ 11.328 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

26.1.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.09.2022		31.12.2021
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido
AES Elpa			
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295
Amortização acumulada	(257.785)	170.138	(87.647)
Subtotal	257.785	(170.137)	87.648
Brasileira Participações			
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739
Amortização acumulada	(154.029)	101.659	(52.370)
Subtotal	154.029	(101.660)	52.369
Enel Sudeste			
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559
Amortização acumulada	(400.453)	262.471	(137.982)
Subtotal	5.749.864	(4.006.287)	1.743.577
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.161.678	(4.278.084)	1.883.594

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

26.1.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.09.2022	30.09.2021
Saldo inicial	4.508.956	4.664.880
Impacto no resultado do período	(189.732)	(261.672)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	157.140	(491.510)
Saldo final	4.476.364	3.911.698

27. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posterior da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021.

27.1 Partes relacionadas

Controladora (Enel Brasil):

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		30.09.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
Enel Brasil					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	(549)	(1.335)	(2.131)	(5.545)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Fevereiro de 2024	(26.161)	(15.640)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(154.632)	(74.142)	-	-
MÚTUO	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	(22.491)	-
DIVIDENDOS	n/a	(483.500)	(576.116)	-	-

Outras partes relacionadas:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		30.09.2022	31.12.2021	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)					
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	749	239	295
Contrato MVE (Venda de energia excedente)					
ENEL TRADING S.A	Dezembro de 2021	-	2.590	-	20.451
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS					
ENEL CHILE	Fevereiro de 2024	2.767	2.285	375	807
ENEL SPA		324	324	-	-
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.		-	-	69	1.071
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	Fevereiro de 2024	6.675	6.462	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		(491)	(699)	-	-
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		762	750	-	-
ENEL GREEN POWER BRASIL		-	-	-	-
ENEL FORTALEZA		-	(1.290)	-	-
CELG DISTRIBUICAO S/A		3.731	3.541	986	-
ENEL X Brasil S.A.		789	-	-	-
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		94	115	-	-
CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO		1.291	1.270	-	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF					
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	(321)	(321)	(2.800)	(2.664)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.		(91)	(92)	(807)	(767)
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	(2.470)	-	(21.075)
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A	Resolução Homologatória nº 2.492/18 da ANEEL	(2.744)	-	(22.918)	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR					
ENEL X BRASIL S.A	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	(164)	-	-	-
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	Até o final da concessão	(124)	(143)	(855)	(775)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.		-	-	-	-
ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA I EÓLICA S.A.		-	-	-	(1.693)
ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA II EÓLICA S.A. (II E III)		-	-	-	(1.571)
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.		(83)	(96)	(572)	(519)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.		(269)	(310)	(1.856)	-
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.		(249)	(288)	(1.722)	-
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.		(204)	(236)	(1.410)	(1.278)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO					
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(1.544)	(1.302)	(13.072)	(10.664)
EXPATRIADOS					
ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Fevereiro de 2024	(10.087)	(13.041)	-	(6.768)
ENEL CHILE S.A		(304)	(197)	-	(173)

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

As operações de mútuos foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do despacho Nº 3.037/2018.

Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			30.09.2022	31.12.2021	30.09.2022	30.09.2021
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	6.619.487	6.569.132	445.464	(115.316)

27.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da diretoria estatutária e do Conselho de Administração. Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2022 e 2021, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos períodos, é como segue:

	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.843	5.642	1.410	2.996
Total	1.843	5.642	1.410	2.996

28. Seguros

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 4.923.133	R\$ 6.569.700
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 112.814
-	Responsabilidade civil administradores	10/11/2021	31/12/2022	N/A	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	R\$ 1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão da região metropolitana de São Paulo. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

29.1 Instrumentos financeiros

29.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rúbrica	Categoria	Nível*	30.09.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		1.435.832	1.435.832	1.112.302	1.112.302
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado		5.437	5.437	2.968	2.968
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	-	-	46.092	46.092
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	98.682	98.677	79.024	79.024
Consumidores, revendedores e outros	Custo amortizado		3.054.824	3.054.824	3.317.386	3.317.386
Contas a receber - acordos	Custo amortizado		635.803	635.803	504.647	504.647
Depósitos vinculados	Custo amortizado		892.827	892.827	851.972	851.972
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado		1.299.907	1.299.907	1.050.779	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	Valor justo por meio do resultado		7.124.248	7.124.248	6.317.532	6.317.532
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado		935.707	935.707	1.783.740	1.783.740
Total			15.483.267	15.483.262	15.066.442	15.066.442
<u>PASSIVO (Circulante e não circulante)</u>						
Fornecedores	Passivos financeiros pelo custo amortizado		2.365.583	2.365.583	3.074.669	3.074.669
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Passivos financeiros pelo custo amortizado		4.896.736	4.515.444	4.977.157	4.602.431
Empréstimos, financiamentos e debêntures marcados a mercado	Valor justo por meio do resultado		2.765.365	2.799.568	1.900.999	1.941.882
Operação com derivativo - <i>Cash flow hedge</i>	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2	225.341	225.341	49.246	49.246
Operação com derivativo - <i>Fair value hedge</i>	Valor justo por meio do resultado	2	137.465	137.465	35.437	35.437
Contas a pagar - acordo Eletrobras	Passivos financeiros pelo custo amortizado		399.086	399.086	738.922	738.922
Obrigações com arrendamento	Passivos financeiros pelo custo amortizado		141.539	141.539	280.062	280.062
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Passivos financeiros pelo custo amortizado		483.500	483.500	576.116	576.116
Total			11.414.615	11.067.526	11.632.608	11.298.765

* Conforme detalhado na nota explicativa 30.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data do Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	250.000
Itáu	30/04/2021	15/04/2031	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	<i>Fair value hedge</i>	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	400.000
Santander 27*	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	600.000
Itáu 27*	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	200.000
Itáu - (BEI) 26 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	134.654
Itáu - (BEI) 104 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	538.616
						5.117.270

A movimentação é como segue:

Derivativos	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(108.147)
Provisão de encargos - juros	(23.213)
Recebimento de encargos - juros	1.884
Variação monetária	87.785
Variação cambial	68.979
Marcação a mercado no resultado	(143.379)
Marcação a mercado no PL	(1.385)
Saldo em 30 de setembro de 2021	(1.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.433
Recebimentos de principal	-
Provisão de encargos - juros	(274.393)
Recebimento de encargos - juros	183.054
Variação monetária	76.200
Variação cambial	(37.025)
Marcação a mercado no resultado	(108.424)
Marcação a mercado no PL	(143.969)
Saldo em 30 de setembro de 2022	(264.124)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 30 de setembro de 2022 estão dispostos a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Bradesco	72.076	151.832	-	(79.756)
BNP II	(29.871)	(14.480)	(15.391)	-
Itáú	(36.703)	58.520	-	(95.223)
BNP III	(80.440)	(49.647)	(30.793)	-
Scotiabank II	(26.869)	(5.717)	(21.152)	-
BNP IV	(20.762)	(3.891)	-	(16.871)
Scotiabank III	(44.229)	(3.049)	(41.180)	-
MUFG	(10.591)	7.086	(17.677)	-
Scotiabank IV	(33.339)	12.722	(46.061)	-
Santander 27 ^a	(21.138)	(17.594)	-	(3.544)
Itáú 27 ^a	(6.988)	(5.864)	-	(1.124)
Itáú - (BEI) 26 MUSD	(4.982)	4.578	-	-
Itáú - (BEI) 104 MUSD	(20.288)	18.321	-	-
Total	(264.124)	152.817	(172.254)	(196.518)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 30 de setembro de 2022 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida - Posição em 30.09.2022	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134%	921.896	
Operação com instrumento derivativo -	100% IPCA + 4,0134%	(895.241)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo -	100% CDI + 0,7200%	823.165	Fair value hedge
		849.820	
BNP II 4131	USD + 1,71%	237.544	
Operação com instrumento derivativo -	USD + 1,71%	(221.385)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 0,75%	251.257	Cash flow hedge
		267.416	
Itaú			
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	737.112	
Operação com instrumento derivativo -	IPCA + 4,26%	(724.240)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 0,93%	760.944	Fair value hedge
		773.816	
BNP III 4131	USD + 1,97%	454.937	
Operação com instrumento derivativo -	USD + 1,97%	(424.239)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 0,98%	504.679	Cash flow hedge
		535.377	
Scotiabank II	USD + 2,31%	214.464	
Operação com instrumento derivativo -	USD + 2,31%	(192.481)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 1,25%	219.350	Cash flow hedge
		241.333	

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	282.253	
Operação com instrumento derivativo -	FIXO: 8,41% a.a	(278.608)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 0,68%	299.370	Fair value hedge
		303.015	
Scotiabank III	USD + 2,61%	300.924	
Operação com instrumento derivativo -	USD + 2,61%	(265.831)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 1,63%	310.060	Cash flow hedge
		345.153	
MUFG	USD + 1,95%	208.768	
Operação com instrumento derivativo -	USD + 1,95%	(191.509)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 1,28%	202.100	Cash flow hedge
		219.359	
Scotiabank IV	USD + 2,37%	416.111	
Operação com instrumento derivativo -	USD + 2,37%	(371.536)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 1,39%	404.873	Cash flow hedge
		449.448	
Santander			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	618.077	
Operação com instrumento derivativo -	IPCA + 6,1385%	(611.673)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 0,82%	632.811	Fair value hedge
		639.215	
Itaú			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	206.026	
Operação com instrumento derivativo -	IPCA + 6,1385%	(202.213)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo -	CDI + 0,82%	209.201	Fair value hedge
		213.014	
Itaú - (BEI) 26 MUSD	USD + 3,76% a.a.	129.491	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(123.184)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	128.166	Fair value hedge
		134.473	
Itaú - (BEI) 104 MUSD	USD + 3,61% a.a.	511.957	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(487.023)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	507.309	Fair value hedge
		532.243	

A diferença entre o valor na curva (*accrua*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

29.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

29.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Gestão de Riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.. No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2022 é:

	Nota	30.09.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.283.697	967.147
Investimentos de curto prazo	b.1.1	5.437	2.968
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.1	(264.124)	(40.433)
Depósitos vinculados	b.1.1	892.827	851.972
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.054.824	3.317.386
Contas a receber - acordos	b.1.2	635.803	504.647
Ativo financeiro setorial	b.1.3	3.754.318	1.783.740
Ativo contratual	b.1.3	1.299.907	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	7.124.248	6.317.532
Total da exposição		17.786.937	14.755.738

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa no 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de setembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	30.09.2022	31.12.2021
AAA	1.274.132	968.069
AA+	15.002	2.046
Total	1.289.134	970.115

Instrumentos financeiros derivativos	30.09.2022	31.12.2021
AAA	(264.124)	(40.433)
Total	(264.124)	(40.433)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	30.09.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	3.130.460	2.209.642
Debêntures	4.531.641	4.668.514
Instrumentos financeiros derivativos	264.124	(40.433)
Dívida	7.926.225	6.837.723
Caixa e equivalentes de caixa	(1.435.832)	(1.112.302)
Investimentos de curto prazo	(5.437)	(2.968)
Dívida líquida	6.484.956	5.722.453
Patrimônio líquido	1.882.170	2.233.704
Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)	77,51%	71,92%

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2022 é de 77,51% (71,92 % em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 3.037/2018, até 13 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 2.000.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN. aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posição em 30 de setembro de 2022	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores	2.365.583	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.595	17.036	83.784	2.460.194	648.114
Debêntures	89.270	68.053	1.257.350	2.687.380	2.710.740
Operações com instrumento derivativo	86.950	55.940	348.667	1.076.163	356.307
Obrigações por arrendamento	-	-	38.313	21.105	82.121
Dividendos e juros sobre capital próprio a	-	483.500	-	-	-
Total	2.547.398	624.529	1.728.114	6.244.842	3.797.282

(b.4) Riscos de mercado**(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 98,04% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 7.770.648).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.09.2022	%	31.12.2021	%
CDB-DI	1.289.134	100%	970.115	100%
Total	1.289.134		970.115	

Ativo financeiro da concessão	30.09.2022	%	31.12.2021	%
IPCA	7.124.248	100%	6.317.532	100%
Total	7.124.248		6.317.532	

Empréstimos, financiamentos e derivativos	30.09.2022	%	31.12.2021	%
Taxa Fixa	155.577	1,96%	11.594	0,17%
TJLP	23.311	0,29%	34.192	0,50%
CDI	7.660.992	96,65%	6.768.499	98,99%
IPCA	86.345	1,09%	23.438	0,34%
Total	7.926.225		6.837.723	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos Financeiros	30.09.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
Equivalentes de caixa	1.283.697	87.677	131.451	175.225	218.999	262.901
Investimentos de curto prazo	5.437	371	557	742	928	1.113
IPCA		4,37%	6,55%	8,73%	10,91%	13,10%
Ativo financeiro da concessão	7.124.248	311.330	466.638	621.947	777.255	933.276
Subtotal	8.413.382	399.378	598.646	797.914	997.182	1.197.290

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	30.09.2022	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	(702.109)	(51.200)	(75.579)	(99.213)	(122.149)	(144.428)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(731.538)	(54.381)	(77.586)	(100.144)	(122.093)	(143.466)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(614.883)	(50.601)	(70.012)	(88.882)	(107.243)	(125.121)
7ª emissão de Notas Promissórias	(351.967)	(15.204)	(21.551)	(27.721)	(33.722)	(39.565)
TJLP						
FINEP 2	(22.046)	(577)	(974)	(1.364)	(1.748)	(2.127)
Contrato de Swap						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(921.896)	(56.735)	(66.538)	(76.243)	(85.851)	(95.365)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	895.241	54.364	63.758	73.056	82.263	91.379
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(823.165)	(60.117)	(86.048)	(111.257)	(135.785)	(159.670)
BNP 4131 II	(237.544)	140.984	47.868	(20.134)	(74.014)	(118.787)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	221.385	(131.394)	(44.612)	18.764	68.979	110.706
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(251.257)	(18.425)	(26.340)	(34.035)	(41.522)	(48.812)
BNP III 4131	(454.937)	268.905	90.533	(39.729)	(142.941)	(228.707)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	424.239	(250.760)	(84.424)	37.048	133.295	213.274
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(504.679)	(38.167)	(54.068)	(69.527)	(84.569)	(99.215)
Scotiabank II 4131	(214.464)	126.105	41.995	(19.429)	(68.097)	(108.540)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	192.481	-	-	17.437	61.117	-
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(219.350)	(17.178)	(24.091)	(30.811)	(37.350)	(43.717)
BNP IV 4131	(282.253)	(22.869)	(22.869)	(22.869)	(22.869)	(22.869)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	278.608	22.573	22.573	22.573	22.573	22.573
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(299.370)	(21.744)	(31.174)	(40.342)	(49.262)	(57.948)
Debêntures - 25ª Emissão	(737.112)	(48.044)	(56.034)	(63.943)	(71.774)	(79.528)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	724.240	45.704	53.305	60.829	68.278	75.654
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(760.944)	(57.168)	(81.143)	(104.451)	(127.129)	(149.211)
Scotiabank III 4131	(300.924)	176.105	58.058	(28.150)	(96.455)	(153.216)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	265.831	(155.568)	(51.288)	24.867	85.207	135.348
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(310.060)	(25.451)	(35.226)	(44.728)	(53.974)	(62.978)
MUFG 4131	(208.768)	123.214	41.354	(18.427)	(65.794)	(105.155)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	191.509	(113.028)	(37.935)	16.904	60.355	96.462
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(202.100)	(15.887)	(22.257)	(28.449)	(34.474)	(40.340)
Scotiabank IV 4131	(416.111)	244.441	81.240	(37.943)	(132.376)	(210.848)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	371.536	(218.256)	(72.538)	33.878	118.195	188.261
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(404.873)	(32.270)	(45.031)	(57.437)	(69.508)	(81.262)
Debêntures - 27ª Emissão	(824.103)	(68.375)	(77.038)	(85.614)	(94.105)	(102.512)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	202.213	16.393	18.519	20.623	22.706	24.768
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(209.201)	(15.487)	(22.078)	(28.485)	(34.719)	(40.790)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	611.673	49.588	56.017	62.382	68.683	74.922
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(632.811)	(46.847)	(66.783)	(86.165)	(105.022)	(123.385)
Itaú - (BEI) 26 MUSD	(129.491)	74.397	23.553	(13.578)	(42.998)	(67.446)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	123.184	(70.773)	(22.405)	12.917	40.904	64.161
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(128.166)	(8.448)	(12.483)	(16.406)	(20.223)	(23.939)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(511.957)	294.856	93.862	(52.921)	(169.223)	(265.868)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	487.023	(280.495)	(89.290)	50.344	160.981	252.918
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(507.309)	(32.470)	(48.439)	(63.964)	(79.069)	(93.778)
Subtotal	(7.926.225)	(340.290)	(733.199)	(1.060.739)	(1.332.522)	(1.688.167)
Total da exposição líquida	487.157	59.088	(134.553)	(262.825)	(335.340)	(490.877)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2022 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	30.09.2022
Empréstimos e financiamento	2.474.193
Exposição patrimonial	2.474.193
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(1.670.514)
Exposição cambial total	803.679

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

	30.09.2022	
Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.09.2022
Fornecedores (Itaipu)	38.376	207.459
Passivo líquido exposto	38.376	207.459

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 92.638 (valor atualizado de R\$ 123.127 em 30 de setembro de 2022) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 foi julgado pela ANEEL em 09 de agosto de 2022 conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168. Após o referido despacho, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto ao mérito do reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015. No presente momento o processo está sob análise do relator.

30. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

Não impacta caixa	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	(7.954)	-
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	916.827	466.199

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	01.01.2022 a 30.09.2022	01.01.2021 a 30.09.2021
Apresentados nas atividades operacionais	338.065	102.503
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	(8.346)	13.604
Total Pagamento de juros	329.719	116.107

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 3.415 em 2022, R\$ 12.009 em 2023, R\$ 10.061 em 2024, R\$ 9.189 em 2025 e R\$ 109.917 após 2025.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período findo em 30 de setembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações
trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2022

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais - ITR da Companhia referentes ao período social encerrado em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 25 de outubro de 2022.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade
Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado
Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. NIRE 35300050274
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período social encerrado em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 25 de outubro de 2022.

Diretores:

Max Xavier Lins
Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores
Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização
Vicenzo Ruocolo
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade
Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços
Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Comunicação
José Nunes de Almeida Neto
Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação
Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado
Vago
Diretoria de Compras
Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretor Jurídico
Fernando Andrade
Diretor de Engenharia e Construção